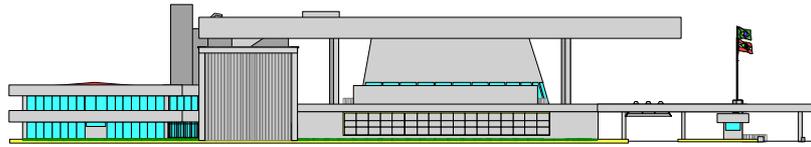


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 30 DE ABRIL DE 2001

NÚMERO 4.846

14^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa

MESA

Onofre Santo Agostini
PRESIDENTE

GILMAR KNAESEL
1º VICE-PRESIDENTE

Sandro Tarzan
2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Mota
1º SECRETÁRIO

Odete de Jesus
2º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
3º SECRETÁRIO

Ivo Konell
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Joares Ponticelli

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

BRASILEIRO

Líder: Milton Sander

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Julio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ideli Salvatti

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: João Rosa

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Jaime Duarte

Partido Liberal

Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reno Caramori - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Jaime Duarte
Antônio Aguiar
Joares Ponticelli
Paulo Bornhausen
Ideli Salvatti
Ivan Ranzolin
João Henrique Blasi

Reuniões Ordinárias:

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Afrânio Boppré - Presidente
Jaime Mantelli - Vice Presidente
Heitor Sché
Julio Garcia
Ronaldo Benedit
Rogério Mendonça
Gilmar Knaesel
Gelson Sorgato
Milton Sander

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Clésio Salvaro - Presidente
Gelson Sorgato - Vice Presidente
Valmir Comin
Milton Sander
Moacir Sopelsa
José Paulo Serafim
Sandro Tarzan

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras, às 8:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Jaime Duarte - Presidente
Antônio Aguiar - Vice Presidente
Afonso Spaniol
Herneus de Nadal
Narcizo Parisotto
João Paulo Serafim
Nelson Goetten

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Joares Ponticelli - Presidente
Cesar Souza
Adeloir Vieira
Narciso Parisotto
Nilson Gonçalves
Afonso Spaniol
João Rosa

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Moacir Solpesa - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Afrânio Boppré
Jaime Mantelli
Reno Caramori
Romildo Titon

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Nelson Goetten - Presidente
Ideli Salvatti - Vice Presidente
Paulo Bornhausen
Lício Mauro da Silveira
Ivo Konell
Rogério Mendonça
Odete de Jesus

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Nelson Goetten - Presidente
Volnei Morastoni - Vice-Presidente
Antônio Aguiar
Romildo Titon
Jaime Mantelli
Nelson Goetten de Lima
Altair Guidi

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Bornhausen - Presidente
Volnei Morastoni
Adeloir Vieira
Gelson Sorgato
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
João Rosa

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Jaime Mantelli - Presidente
Manoel Mota
João Henrique Blasi
Francisco de Assis
Julio Garcia
Lício Mauro da Silveira
Ivan Ranzolin

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras às 11:00

COMISSÃO ESPECIAL DO MERCOSUL

Ivan Ranzolin - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice Presidente

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Éder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO IX - NÚMERO 1240 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 003ª Sessão Extraordinária realizada em 24/04/20012 Ata da 027ª sessão Ordinária realizada em 26/04/200110</p> <p>Atos da Mesa Resoluções Administrativas15</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....1818 Aviso de Resultado.....19 Ofícios.....20 Projeto de Lei20</p>

PLENÁRIO

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 24 DE ABRIL DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às dezessete horas e cinquenta minutos, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Afrânio Boppré - Antônio Aguiar - Gelson Sorgato - Heitor Sché - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Nelson Goetten - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Senhores Deputados a ata da sessão anterior será lida na próxima sessão.

Não havendo expediente a ser lido passaremos à Ordem do Dia.

Há *quorum* regimental para deliberação.

Votação da redação final das seguintes matérias:

Votação da redação final do Projeto Legislativo nº 107/01, de origem governamental, que autoriza abertura de crédito especial em favor do fundo para melhoria da segurança pública.

Não há emendas à redação final.
Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 0004.5/01, de procedência dos Líderes das Bancadas, que altera dispositivos da Resolução DP nº 015/1999.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0032.9/01, de origem governamental, que autoriza a aquisição por compra de acervo garibaldino.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0024.0/01, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel no Município de Blumenau (Construção da 2ª Delegacia de Polícia).

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0074.9/01, de procedência governamental, que autoriza abertura de crédito especial e aprova o Orçamento do Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Santa Catarina.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação em segundo turno do Projeto nº 267.2 de autoria do Deputado Milton Sander, que estabelece linha de correlação no âmbito da extinta Secretaria dos Negócios do Oeste para efeito de aplicação da Lei Complementar nº 83/93.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Esta Presidência vai, evidentemente, para não prejudicar os Srs. Deputados, reabrir os prazos de inscrição em Explicação Pessoal.

Portanto, aqueles Deputados que estavam inscritos em Explicação Pessoal, vamos reabrir aquele prazo, ou seja, Deputado Manoel Mota, Deputado Nelson Goetten,

Deputado Ronaldo Benedet, Deputado Rogério Mendonça, Deputado Romildo Titon, Deputado Adelar Vieira, Deputada Ideli Salvatti, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Valmir Comin e Deputado Moacir Sopelsa passam, neste momento, a ter a oportunidade de falar em Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Onofre Santo Agostini, eu gostaria que ficasse explicitado algo que nos manteve absolutamente atentos durante as votações dos requerimentos, porque eu tenho insistido no sentido de, que para facilitar o nosso trabalho, tenhamos conhecimento prévio dos requerimentos que serão deliberados. Ainda não conseguimos chegar num acordo.

Mas no dia de hoje vários Parlamentares, eu inclusive, fui lá e fiz a revisão dos requerimentos que estavam em votação, tendo em vista que nós já sabemos da intenção da Bancada Governista de requerer regime de urgência do projeto da Casan.

Sabemos, inclusive, que o Deputado Joares Ponticelli, segundo me confirmou, fez este requerimento, assinou este requerimento.

E nós fizemos a varredura dos requerimentos a serem deliberados e acompanhamos atentamente, porque nós iríamos fazer questão de verificação, inclusive, de *quorum*, para votação deste requerimento de antemão, conhecido que é de todos os Partidos, como uma questão polêmica.

Então, eu quero que V.Exa. nos assegure que este requerimento não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputada, eu vou solicitar...

Não, Deputada, eu não tenho nada escondido, Deputada.

Eu li, pode ser que eu atrepelei. Até o Deputado João Henrique Blasi, por duas vezes, chamou a atenção deste Deputado, que preside a sessão, pela rapidez da votação, solicitou que explicasse e eu expliquei.

Mas eu vou chamar a assessoria, porque não fizemos nada escondido, Deputada. Fazemos de forma absolutamente clara.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Exatamente por não ter nada escondido é que eu estou fazendo a questão, porque eu fui pessoalmente e revirei os requerimentos. O Deputado Ronaldo Benedet foi lá e revirou os requerimentos. O Deputado João Henrique Blasi foi lá e revirou os requerimentos. Não tinha requerimento na pilha. Não estava lá.

Nós estávamos aqui atentos as leituras dos requerimentos e agora eu quero saber o que vai acontecer.

Foi votado? É só isso que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu vou mandar verificar, Deputada, porque V.Exa. viu a quantidade de requerimentos. Eu cheguei a ficar quase louco, Deputada.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu vi, tanto que eu tive o trabalho de folhear.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu vou mandar a assessoria verificar e se for necessário nós vamos mandar voltar a fita.

Sra. Deputada, informa a assessoria que foi aprovado o regime de urgência nos seguintes termos:

(Passa a ler)

Requerimento nº 294.1

Sr. Presidente, os Deputados abaixo assinado requerem a V.Exa. nos termos do capítulo VI do Regimento Interno e demais artigos pertinentes... passa relevância a matéria urgência para apreciação do projeto 001.5/01. É este?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Não, esse é do Conselho Alimentar. Esta é a informação.

Foi só esse que foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Não, vou solicitar o Deputado. Faz favor de vir...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Porque este nós localizamos. Este nós encontramos e estava tudo certo.

Tudo bem. Agora, eu quero saber se tem outro, porque o Deputado Joares Ponticelli diz que fez o outro. Nós não localizamos na pilha.

Portanto, nós queremos saber se isso foi votado fora da pilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputada, V.Exa. me dá alguns minutos?

A SRA. DEPUTADAS IDELI SALVATTI - Dou o tempo que V.Exa. precisar. Eu tenho calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputada, há pouco V.Exa., nos bastidores, fez um comentário com este Deputado e chamei o socorro do ilustre Deputado João Henrique Blasi pela interpretação do art. 87 do Regimento Interno. Entendo que pela interpretação do art. 87 e também é o entendimento do Colega João Henrique Blasi, não há necessidade de apresentar a lista com antecedência dos requerimento, embora entendo que V.Exa. tem razão.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Tenho razão e V.Exa. mesmo disse que precisaríamos encontrar uma alternativa, porque é inadmissível que os Líderes possam orientar sua Bancada com uma pilha grande de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputada, V.Exa. me permite terminar a conclusão do meu raciocínio?

Na próxima reunião dos Líderes irei fazer esta proposta, no sentido de que a partir de agora todos os requerimentos, graciosos ou não, constem número, autor da matéria, e entre parênteses dizer o assunto para que nenhum Deputado seja pego de surpresa.

Concordo com V.Exa., embora o Regimento não determine isso, mas entendo que tem razão. Também vamos propor para que a matéria efetivamente seja colocada com um dia de antecedência à apreciação dos Srs. Líderes.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, em abono ao que disse a Deputada Ideli Salvatti da relação de requerimentos, o único que constava daquela pilha que verificamos foi o de nº 294, que atribui caráter de urgência ao Projeto de Lei nº 0001.5 do corrente ano. Como não havia denominação e identificação do projeto fomos verificar, e esse é o projeto que trata do conselho alimentar, que há até um entendimento de que possa ser votado sem nenhum problema.

Com referência ao projeto de venda de ações que a Celesc detém junto a Casan, que é o Projeto de Lei nº 0466/2000, que chegou aqui no dia 15 de dezembro, não estava na pilha, não foi lido e não foi votado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado. A assessoria acaba de nos informar que o único pedido de urgência votado no dia de hoje foi este.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Só tem que ser retificado porque a data está 1996. Estamos no ano 2001 e a bem da verdade ele também deveria ser com 24 horas de antecedência. Mas já passou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o Deputado Manoel Mota por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Passa a ler)

"Reconhecemos o trabalho da organização mundial da saúde nessa empreitada contra o uso do fumo.

Reconhecemos também que não seja o momento correto, uma vez que antes de anular completamente esse produto, é necessário uma ação gradativa para que os produtores comecem a se adaptar com outra cultura, evitando o desemprego total que forçosamente irá causar um desequilíbrio social provocado pelo desemprego que irá ocorrer na zona rural o que, por certo, provocará êxodo rural, e conseqüentemente, um maior número de famílias passará a viver à margem da sociedade, criando verdadeiro focos de favelas nos arredores dos grandes centros.

Para comprovar esta verdade, passarei a expor a este Plenário algumas situações reais que podemos comprovar.

1 - O Brasil é o quarto maior produtor de fumo entre os 103 países produtores do mundo. Quer dizer, nós somos o quarto produtor do mundo.

2 - Exporta para mais de 70 países, totalizando 350 mil toneladas, aproximadamente.

3 - Em 1999, o Tesouro Nacional recolheu mais de R\$5 bilhões em forma de tributo.

4 - Do consumo doméstico de cigarro, o Governo arrecada mais de 65% em forma de tributos de todo o cigarro fabricado no Brasil.

5 - O setor fumageiro tem uma importante contribuição social, envolvendo mais de dois milhões de pessoas e com isso amenizando o desemprego.

6 - Mais de 150 mil famílias cultivam um área superior a 297 mil hectares de produto.

7 - Somente no Sul do Brasil representa 94% da produção nacional de fumo.

8 - Para se obter a receita igual a um hectare de fumo, seriam necessários cultivar mais de nove hectares de milho ou de feijão."

Então, significa que um hectare de fumo tem uma renda de nove hectares de feijão ou nove hectares de milho.

"9 - Dos agricultores envolvidos com a cultura do fumo, mais de 34 mil famílias não possuem terra e encontram nessa cultura uma forma digna de sobreviver participando da sociedade rural e mantendo seus filhos na escola."

Então, 34 mil famílias são agregados. Evidentemente que não teriam alternativa, teriam que vir para os grandes centros atrás de emprego, sem profissão e sem estudo.

Por estas razões é que conclamamos para que a sociedade organizada, através dos órgãos competentes, dêem à classe dos fumicultores a atenção devida para a permanência e sobrevivência dos mesmos no meio rural."

Isso, Deputado Moacir Sopelsa, significa que em Santa Catarina 48 mil famílias ficariam desempregadas, 200 mil trabalhadores da zona rural ficariam desempregados, sem profissão e sem estudo. Quer dizer, contribuindo para o inchaço dos Municípios e trazendo problemas.

Quer dizer, seriam cinco bilhões da economia brasileira que desapareceriam. Por que chega este momento? Porque tem uma comissão nacional e uma comissão internacional. Essa comissão nacional fez esse levantamento onde nós participamos, em Santa Cruz, dessa decisão. Agora, Deputado Rogério Mendonça, nos dias 3 e 4 de maio, em Genebra, vai ser votada a decisão que pode fazer com que 48 mil famílias em Santa Catarina fiquem desempregadas, sendo que dez mil dessas são arrendatárias, não têm outra alternativa.

Então, a nossa proposta - está vindo um requerimento para este Parlamento para encaminhar para Genebra - é que tenha de sete a dez anos para nos buscarmos uma alternativa para que esse segmento se mantenha no campo buscando uma alternativa de produção capaz de dar sustentação à sua família, que tem que ser família de pessoas que tem quatro, cinco filhos.

Então, essa é a grande preocupação nossa. Já estivemos em Santa Cruz. Agora, no contra-pé, temos o conhecimento de que no dia 4, em Genebra, será fundamental a decisão que poderá fazer com que dois milhões de pessoas no mundo fiquem desempregadas se houver realmente essa paralisação da plantação de fumo.

Agora, eu pergunto: enquanto o fumo traz alguns problemas de saúde, e a cachaça, e a bebida de álcool, que desagrega famílias, que traz problemas? Será que também não tem que fazer um estudo?

Nós precisamos ter grande responsabilidade e olhar o que significa, ao longo do tempo, porque tem fumicultores com mais de 30 anos de trabalho, que abandonaram a sua profissão de agricultor e dedicaram-se à fumi-cultura. E agora? Tem que haver um prazo necessário para que possamos garantir esse homem do campo no campo, produzindo riquezas para este País.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Gostaria, se V.Exa. me permite, de incorporar minhas palavras ao seu pronunciamento, até porque conhecemos muito de perto a situação das pequenas famílias de fumicultores na nossa região do Alto Vale, do Oeste de Santa Catarina, do Sul do Estado e de tantas regiões com grande parte dos produtores, 50 mil famílias aproximadamente envolvidas, dependendo diretamente do plantio do fumo.

Deputado Manoel Mota, quem foram as pessoas que motivaram, que incentivaram e fizeram com que essas pessoas ficassem dependentes da cultura do fumo economicamente?

Não podemos, de um momento para outro, proibi-los de cultivar o fumo sem dar uma nova opção. Até devemos modificar essa situação. Sou contra também a questão do fumo, mas não podemos deixar essas famílias sem condições, sem alternativas de produzir, e de, economicamente, poderem manter suas famílias e obterem o seu sustento.

V.Exa. tem plena razão. Podemos modificar, sim, com prazo, com tempo e dando alternativas, dando oportunidade para esses famílias de pequenos produtores.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte, Deputado Rogério Mendonça e o incorporo ao meu pronunciamento.

Na minha região, o Vale do Araranguá, ficará com quatro mil famílias desempregadas, em torno de 20 mil pessoas, com um prejuízo de R\$50 milhões. Içara terá mil famílias desempregadas, se fecharem as estufas de fumo, e quatro mil pessoas desassistidas e uma economia de R\$10 milhões.

Por isso que estamos aqui para que, em nome do Parlamento de Santa Catarina, possamos fazer um requerimento pedindo que tenham um prazo de dez anos, no mínimo, para que possamos buscar uma alternativa de manter o homem no campo produzindo a riqueza deste País com tranquilidade e segurança, que é essa a nossa obrigação como Parlamentar, como defensor do povo trabalhador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e companheiros Deputados, venho a esta tribuna para deixar registrado alguns esclarecimentos que penso ser fundamental para tirar algumas dúvidas, principalmente com relação as últimas notícias, colocações ou opiniões de alguns jornalistas de Santa Catarina, quando diziam que tentávamos atrapalhar o andamento dos trabalhos da CPI.

Queremos deixar registrado é que sempre houve uma preocupação deste Parlamentar e também dos Pares do nosso Partido em como conduzir essa CPI.

Sabemos que a situação da sonegação em Santa Catarina, e no Brasil, que não é diferente do nosso Estado, é um assunto extremamente importante, que interessa à sociedade. A sociedade gosta de ver transparência, gosta de ver um trabalho sério e gosta de ver que todos paguem e contribuam direito com os seus impostos.

Agora, sem dúvida nenhuma, questionamos muito e queríamos que a CPI tivesse a oportunidade de se direcionar também para questionar o que se faz com os empresários no Estado de Santa Catarina. Questionar essa substituição que se propaga e se produz, através de atos irresponsáveis, danosos ou injustos de Governos, que dão, através de leis incentivos para atrair empresas ao seu Estado, e que são danosos ao nosso Estado, a exemplo dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Ceará, os Estados do Norte, de um modo geral.

É lógico que se uma empresa hoje do nosso parque industrial não precisasse sonegar nenhum cruzeiro, era só transferir a sua empresa para o Nordeste, instalar o seu empreendimento em Fortaleza, no Ceará, e receber o benefício de o empreendimento ser financiado a longo prazo, com uma carência muito grande e com juros acessíveis, ia também ficar nos próximos dez anos sem pagar um cruzeiro de imposto.

Isto é muito danoso ao nosso parque empresarial. Temos que tratar com responsabilidade este sistema perverso que prejudica o empresário brasileiro e está prejudicando o nosso empresário catarinense, porque o mesmo tecido que produzimos na região de Blumenau, está sendo produzido no Ceará, através dos incentivos fiscais patrocinado pelos Governos, sem nenhum cruzeiro de imposto, sem um custo de tributação.

O mercado de São Paulo está disputando com o produto produzido em Santa Catarina, que gera riqueza em nosso Estado, que dá emprego, prejudicando o empreendedor e o empresário catarinense, induzindo como forma de sobrevivência a sonegação.

Teríamos que discutir também o que aconteceu com o parque empresarial e com os empresários brasileiros, principalmente aqueles que fabricavam o tecido e que tinham os seus contratos de exportação, que tinham a sua programação de investimento, e de repente do dia para a noite, através do Poder constituído, o Governo Federal e a sua equipe, assinam um ato e transformam o real em uma moeda tão forte que o dólar só valia R\$0,80 daquele mesmo real.

Isto trouxe um prejuízo e um desequilíbrio sem fim às empresas brasileiras. E quem se responsabiliza por isto? Quem se responsabiliza pelo dano de um ato governamental que causa aqueles que acreditam neste País, aqueles que investem no Brasil, àqueles que empregam e empreendem no Brasil.

O que acontece com uma empresa de uma história de 50 anos? Com uma programação de investimentos que tudo corria dentro de uma normalidade, até que um ato feito na calada da noite muda toda a fórmula de administrar neste País. Imagine que era R\$0,86 de dólar o valor de um real! O que aconteceu para quem exportava? Tivemos que parar e interromper a exportação.

Perdemos o mercado internacional, produzimos e patrocinamos a oportunidade de quem produzia lá na China, na Ásia, de trazer o produto aqui para desempregar a nossa gente, para intimidar e desesperar o nosso empresário.

O nosso empresário passou por uma situação desesperadora e coube a ele chamar a família, os seus assessores, os seus empregados e dizer: vamos fechar a empresa ou vamos achar uma maneira de sobreviver, caminhando pelo campo da sonegação.

Portanto, a sonegação muitas vezes é estimulada por atos irresponsáveis de governantes, mas eles não podem ser responsabilizados por nada, a eles não cabem a culpa. A culpa sempre fica para o cidadão, para esse que carrega o ônus de um sistema tributário perverso, com efeitos cascatas, com tributos desde a extração até a formulação da matéria-prima, até a industrialização da matéria-prima e até a sua comercialização.

E só num País como o nosso que se tributa a produção, porque País inteligente tributa o consumo. Enquanto não revermos esta carga tributária perversa e danosa, que impede o desenvolvimento das empresas, com absoluta certeza não vamos ver nesse País uma situação melhor do que vivemos hoje em termos de sonegação.

Mas também nós queríamos nesta CPI ter a oportunidade de discutir o que é que tem recursos da Fazenda para monitorar mais de perto, para vigiar melhor, com mais resultado e para inibir, então, com mais atuação o índice de sonegação que tem 500 anos de existência e por certo não vamos acabá-la apenas com a CPI. Por certo a sonegação vai sempre continuar.

Agora, nós tínhamos e temos que ter o cuidado de buscarmos mecanismos melhores, seja com recurso humano mais bem preparado e com número suficiente para poder inibir a fiscalização, através de um acompanhamento mais de perto, mas também um sistema de equipamentos necessários para que possamos acompanhá-la com mais facilidade inibindo e diminuindo este grande índice que entendemos que quando ele é muito elevado acaba trazendo muitos danos à sociedade.

Nós somos defensor de que todos paguem os impostos para assim se ter justiça. Mas, sem dúvida nenhuma, nós vivemos um momento que temos que questionar. A carga tributária é muito elevada. Já se fala e se falava muito, e continua se discutindo a necessidade de uma reforma tributária mais justa neste País. É necessário isto, mas não quero dizer que assim nós estamos querendo não culpar o sonegador. Não é esse o sentido do nosso discurso, o sentido é de nós tentarmos dizer que queremos ter o cuidado com o emprego em Santa Catarina, porque nós sabemos onde há um empresário é que há um emprego.

Nós sabemos que também que muitos dos empresários que estão hoje sendo investigados pela CPI, já foram investigados pelo Ministério Público, já foram investigados pelo Deic, já foram investigados pela Fazenda, e estão sendo monitorados pela Fazenda.

Portanto, nós temos que evitar o máximo a exposição desses empresários, sob pena de inviabilizar a continuidade da empresa. Inviabilizando, não só perdemos o empresário, não só perdemos o emprego, como também perdemos a condição de fazer a cobrança dos débitos que ele deve, através das notificações que ele sofreu. Então, é um ato de responsabilidade esta CPI.

Eu entendo que ela está contribuindo e poderá contribuir muito para Santa Catarina, mas temos que ter um grande cuidado de nos centrarmos mais na questão da investigação e buscarmos então nos municiarmos bem com ela para, se necessário, só em último caso, chamar aquele empresário que nós sentimos a necessidade de trazermos aqui para testemunhar e para ajudar a informar, para que possamos, então, através do resultado desta ação, através do resultado desta CPI, poderemos fazer com que em Santa Catarina diminua-se o índice de sonegação. Este, é o verdadeiro objetivo, é esta a nossa preocupação e é esta também a nossa contribuição.

Então, só não votamos a prorrogação da CPI até agora por falta exclusiva de *quórum*. Mas tivemos a oportunidade, hoje, de falarmos com os membros da CPI e junto com eles discutimos também algumas ações como aquela de preservarmos o direito e a prerrogativa daquele que pede uma sessão reservada e que não se passe para a imprensa aquilo que poderá ser fato, ser notícia, ou ser instrumento para nós podermos dar andamento nos trabalhos. E também fazer com que os empresários só venham a CPI quando for extremamente necessário, porque se eles já foram motivos de investigação, se eles já estão sendo investigados para nós pouparmos mais uma vez de trazê-los aqui....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, o próximo orador inscrito o Sr. Deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero usar este espaço para cumprimentar os Srs. Deputados que mais uma vez amanhã se dirijam a Brasília para tratarem de um assunto de suma importância para o desenvolvimento do nosso Estado que é a continuidade da duplicação da BR-101 no trecho Sul do Estado de Santa Catarina.

A Comissão de Transportes, que tem Parlamentares de todos os Partidos Políticos e que por uma decisão de estar nessa Comissão Parlamentar Externa um Deputado de cada Partido Político, tem o Deputado Ronaldo Benedet, que representa o Sul do Estado.

Mas queremos estar coesos e juntos para que esta Comissão possa fazer o melhor àquela região, porque isso não é só de interesse da região Sul, Deputado Valmir Comin, Vice-Presidente da Comissão dos Transportes, é também de interesse de todo o Estado e de todo o País, porque é uma das rodovias que liga, sem dúvida nenhuma, Estados de grande produção e que fazem uma grande economia para o nosso Brasil, especialmente os do Sul.

Por isso, neste momento, quero deixar o nosso reconhecimento e o desejo de que esta Comissão possa, realmente, alcançar, amanhã, no Ibama, em Brasília, os objetivos a que se propõe, que é o de trazer uma solução para este tão grave problema.

Quero dizer, também, que tivemos a felicidade, nos últimos anos, de termos dois Ministros dos Transportes do Sul que contribuíram muito para o desenvolvimento, especialmente, dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Mas ainda precisamos muito do apoio do Governo do Estado, do Governo Federal, do Ministro dos Transportes e dos Ministérios envolvidos para que esta obra possa ter continuidade e para que tenhamos, então, uma solução, alcançando o objetivo de todos, que é a construção da estrada.

A Comissão de Transportes deverá se pronunciar logo mais, através do Deputado Valmir Comin, que é o nosso Vice-Presidente, que deverá estar amanhã, juntamente com os demais Parlamentares que fazem parte da Comissão Parlamentar Externa, representando a Comissão dos Transportes, dando a esta Comissão o apoio necessário para que a obra realmente possa acontecer, pois vemos que existe uma grande diferença na BR-101 no trecho Norte, mas vamos ter, com certeza, essa mesma obra realizada no trecho Sul.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero parabenizar V.Exa., Deputado, Presidente da Comissão de Transportes da Casa, e dizer que, na qualidade de Vice-Presidente e representante do Sul do Estado, juntamente com os Deputados Ronaldo Benedet, Clésio Salvaro, Altair Guidi, Joares Ponticelli, Manoel Mota e Júlio Garcia, estaremos, amanhã, nos fazendo presentes nessa reunião do Ibama, onde paira o espírito suprapartidário, porque a causa é nobre e comum, pois trata não só da viabilidade econômica do Sul do Estado, que, aliás, dados da FIESC dizem que nos últimos 10 anos a região que menos desenvolveu foi o Sul do Estado....

Um Estado que tem no seu subsolo jazida de carvão, de argila, minérios de várias características e que é um potencial incontestável, necessita de uma via de escoamento expressa, a exemplo do acesso Norte da BR-101.

Uma região que se destaca pelo setor oleiro; pelo setor da cerâmica branca, através do piso e azulejo; pelo setor da mineração do carvão, sendo a capital nacional do carvão; pela produção do mel, sendo a capital nacional do mel; pela produção da rizicultura e agora rizipsicultura; com um potencial no turismo, que há de avançar a partir da implantação da Barragem do Rio São Bento, que já é uma realidade.

Então, há, realmente, necessidade de um acompanhamento de todas as Lideranças. Dentro dessa Comissão, desse espírito de participação suprapartidariamente falando, em todos os Partidos, desde os da esquerda aos da extrema direita, demonstrando uma ato de magnitude e, acima de tudo, o respeito para com o cidadão.

Este é um compromisso não somente do Sul do Estado e muito menos do Estado de Santa Catarina, é, acima de tudo, um compromisso desta grande Nação. É uma estrada que liga a rota do Mercosul, que faz divisas internacionais. Por isso, amanhã, estaremos lá firmes, fortes e coesos, juntamente com os nobres Parlamentares, Vereadores e Prefeitos, para escutarmos a palavra final do IBAMA, a fim de que possamos ver o início do processo dessa tão sonhada e reivindicada obra para a possível implantação dessa rodovia.

Sabemos que há um valor estimado em aproximadamente um bilhão de dólares, mas muito mais do que isso, é a preservação de vidas. Porque dados do DNER nos mostram que temos ceifadas, todos os meses, uma média de 12 vidas humanas. E a qualquer momento poderá ser um de nós ou qualquer um dos familiares deste Parlamento ou deste Estado.

Hoje é necessidade! O povo não admite mais esperar! Por isso amanhã estaremos presentes frente ao Ibama, juntamente com os nossos Senadores, nossos Deputados Federais e Estaduais e Vereadores para reivindicarmos e resgatarmos de vez esse compromisso, que é um dever e uma responsabilidade do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, Deputado Valmir Comin.

Tenho certeza, Deputado, como o nobre Colega mesmo disse, que os 40 Deputados, independente de Partido Político, de Comissão Parlamentar Externa ou de Comissão Permanente desta Casa, têm o mesmo dever e a mesma obrigação de defender a duplicação dessa rodovia, pois boa parte do desenvolvimento de Santa Catarina passa, sem dúvida alguma, pela BR-101.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Concedo um aparte ao Deputado Ronaldo Benedet, que esteve também participando da Comissão Parlamentar Externa, pois é o representante do nosso Partido, o PMDB, um defensor dessa obra que vem ao encontro, como já foi dito, de todos os cidadãos brasileiros e não só de quem vive no Sul do Estado ou em Santa Catarina. É uma honra poder ouvi-lo.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Esse compromisso de lutarmos pela duplicação da BR-101 é um compromisso que todos nós, Parlamentares do Sul, assinamos na Associação Comercial e Industrial de Criciúma.

Nós, juntamente com o Deputado Valmir Comin - ainda quando éramos candidatos - e com os demais candidatos a Deputados Federais e Senadores da região, assumimos esse compromisso com o povo do Sul do Estado. Mas esse compromisso não é somente para a defesa dos interesses do povo do Sul do Estado, é para a defesa dos interesses de Santa Catarina, dos brasileiros e de todos que fazem parte do Mercosul e do Conesul, tantos brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios e chilenos que transitam por aquela rodovia que passa a ser um funil, porque vem do Brasil em pista dupla e quando chega no Município de Palhoça afunila-se numa rodovia chamada de rodovia

da morte.

Então, temos esse compromisso com a sociedade de lutarmos para a duplicação da BR-101. Por isso participamos de todos os movimentos, da paralisação da BR-101, que foi fundamental, na segunda-feira passada, para que em Brasília recebesse o eco e os reclamos da sociedade do Sul do Estado de Santa Catarina.

Como disse V.Exa., Deputado Valmir Comin, essa é uma luta suprapartidária! É uma luta que não tem bandeira e nem cor! É uma luta do nosso povo, da nossa gente e da nossa terra, pela qual estaremos sempre juntos.

Apenas para justificar, nós somos Deputados estaduais e não precisávamos de Vereadores e nem Prefeitos para estarmos em Brasília.

Nós estamos nesse coro que precisa refletir e ecoar em Brasília. Nós não podemos estar todos lá ao mesmo tempo. Estamos fazendo um revezamento, porque temos o nosso trabalho nesta Casa, e eu recebi falta por estar lá a trabalho, porque essa não é a nossa função.

Mas eu terei que estar na Assembléia Legislativa, porque seriam duas quartas-feiras consecutivas em que eu não poderia realizar a reunião da Comissão de Saúde, da qual sou Presidente. Por isso não poderei estar em Brasília, mas estarei dando força mandando para lá o nosso recado, telefonando, para que o Presidente do Ibama cumpra o seu compromisso, que é o de aprovar....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, três importantes entidades representativas dos agricultores do nosso Estado - FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina; FAESC - Federação da Agricultura do nosso Estado, e OCESC - Organização das Cooperativas de Santa Catarina - estão solicitando, em conjunto, ao Sr. Ministro da Agricultura para que sejam agilizados novos e urgentes mecanismos visando provocar a elevação do preço do arroz pago ao produtor rural para a corrente safra.

Nós estamos nos associando a essas organizações nesse pleito através de uma moção que estamos dirigindo ao Sr. Ministro da Agricultura em apoio à reivindicação formulada por essas entidades, a qual deverá beneficiar 12.000 rizicultores de nosso Estado.

A minha formação agrônoma permite que eu entenda desta questão, até porque ela se repete ano após ano. A insegurança, a intranquilidade e o medo têm sido uma constante na vida do nosso agricultor. Quando planta não sabe quanto vai colher e nem o preço que vai vender, muito menos o lucro que ele vai ter.

No caso do arroz, o mês de abril, este mês que estamos vivendo, historicamente, tem sido um mês difícil para a comercialização do produto. O volumoso ingresso de grão novo no mercado interno traz consigo uma tendência de baixa do produto. A esse contexto ainda se soma a insuficiência e a superficialidade das medidas tomadas em defesa do segmento produtivo, que ao contrário de criar soluções e benefícios, por

vezes contribui ainda mais para alimentar o problema.

Os agricultores, no caso os rizicultores, têm cumprido com a sua parte. O aumento da produtividade do arroz foi um desafio aceito e correspondido. Hoje, Santa Catarina, com 815.000 toneladas de arroz, é o terceiro maior produtor de arroz nacional. Por outro lado, também é o Estado que detém os melhores índices de produtividade e de qualidade de arroz do País. Inclusive o Município de Agronômica, no Alto Vale do Itajaí tem, Deputado Valmir Comin, os maiores índices de produtividade deste País.

Infelizmente, Sr. Presidente, os articuladores das políticas governamentais são pouco liberais, quando o assunto se trata da nossa agricultura. Gostaríamos, sim, de poder contar com os mesmos benefícios e benesses que são oferecidos, por exemplo, ao sistema financeiro.

O setor agrícola, Deputado Adelor Vieira, continua sendo o primo pobre da nossa economia. A agricultura e o agricultor não agüentam mais esta falta de segurança no momento de produzir e, posteriormente, de comercializar a sua safra. Tenho conversado muito com os nossos agricultores. A minha percepção é que esta situação já está no limite.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não, Deputado.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Eminentíssimo Deputado Rogério Mendonça, V.Exa. traz, hoje, este assunto que é da maior importância.

Ainda esta semana fiz um roteiro pelo Oeste catarinense, que é o nosso celeiro, e pude sentir exatamente isso que V.Exa. está dizendo. Na verdade, nós tivemos, até, uma safra boa, uma safra de grãos, principalmente de milho, com uma produção extraordinária. Só que o Governo, ao invés de incentivar, está desestimulando o nosso produtor, estabelecendo um preço mínimo que eu julgo ser o mínimo do mínimo. E tem mais um agravante: o nosso agricultor não tem onde guardar a sua produção e o Governo não observa esse detalhe tão importante, fazendo com que o produtor tenha que vender de imediato, em plena safra, onde o preço está lá embaixo. E sabendo que nós não somos autossuficientes em milho, depois que o nosso produtor vender tudo a preço de banana, vamos assim dizer, o Brasil vai ter de importar milho pagando a preço de ouro.

Por isso eu cumprimento V.Exa. e espero que o Governo seja sensível e saia das promessas e realmente invista na nossa agricultura.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Acrescento o aparte do Deputado Adelor Vieira ao meu depoimento, até porque, Deputado Adelor, V.Exa., mesmo sendo de Joinville, tem uma sensibilidade muito grande às questões da agricultura e do nosso pequeno produtor rural de Santa Catarina.

Portanto, Sr. Presidente, eu pergunto até quando teremos que vir a esta tribuna implorar por mudanças nas medidas tomadas em relação ao nosso setor primário?! Medidas essas que, quando existem, são sempre paliativas e, por vezes, extemporâneas, trazendo o descontentamento e o descrédito do público ao próprio Governo.

Por estas circunstâncias, devo dizer que é com muito prazer, é com muito orgulho

que tenho sido o porta-voz dos agricultores e de suas instituições nesta Casa.

Mas tenho que confessar, Deputado Valmir Comin, que nós nos sentimos muitas vezes cansados de pedir e constantemente sugerir novos rumos para a política agrícola sem sermos ouvidos.

Consideramos essa surdez dos formuladores das políticas públicas para o setor agrícola um desrespeito à classe dos produtores rurais e à própria classe política a qual representamos.

Por isso, Sr. Presidente, estamos enviando esta Moção às autoridades federais em termos diplomáticos, é verdade, mas também de forma enérgica, fazendo um alerta no sentido de que as medidas corretivas, tomadas pelo Ministério da Agricultura para o programa de comercialização da produção nacional de arroz, ainda não surtiram efeito e os agricultores continuam, como sempre, esperando.

Srs. Deputados, o que estamos percebendo é que a agricultura, sozinha, continua suportando o pesado fardo da instabilidade econômica e os outros setores apenas atuam como coadjuvantes. Ou o Governo respeita o agricultor como parceiro na tarefa de produzir o desenvolvimento, priorizando os programas e as atividades relacionadas ao setor primário, ou muito breve terá que lamentar o fato de ter sido penalizado de forma inconsequente uma área tão importante no contexto político, social, econômico do nosso País.

Não é isso que desejamos. O que queremos é uma política agrícola definida, ágil e proativa, com variáveis permanentes, ditadas pelo bom-senso e pela racionalidade entre os componentes envolvidos e não só baseado em fatores ocasionais ou emergenciais e presididos quase sempre por interesses outros que não o dos próprios agricultores e de suas organizações.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É com muito prazer que concedo um aparte a V.Exa., Deputado Valmir Comin, que também é de uma região em que a produção de arroz é de uma importância muito grande. A região Sul também tem um movimento muito grande de produtores e também tem tido altos níveis de produtividade em sua lavoura.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Perfeitamente, Deputado!

Mas eu quero agradecer pelo aparte e parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento em relação à defesa com que V.Exa. vem tratando os nossos agricultores.

Gostaria de dizer, também, que dos 132 hectares de arroz, hoje, irrigáveis no Estado, 73 estão no Sul do Estado. E como, agora, já é realidade, porque está em fase de construção da barragem do Rio São Bento, nós teremos a possibilidade de ampliarmos isso para 100.000 hectares.

Então, o que realmente está faltando é uma política séria, voltada para a agregação de valores na propriedade, e é isso que nós precisamos.

De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, um emprego na agricultura, no campo custa oito vezes menos para o Governo do que o emprego no perímetro urbano. E nós estamos em fase de economia, por isso é que há necessidade de se aplicar uma política séria descentralizada e voltada para atender realmente o homem do campo, a fim de que pudéssemos evitar o êxodo rural.

Quero parabenizá-lo, creio que essa

é a linha, e a grande saída deste imenso País é a agricultura.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço o seu aparte, Deputado Valmir Comin, e com muita honra permito que ele seja incorporado ao meu pronunciamento. Sem dúvida nenhuma, falta sensibilidade das autoridades nas questões agrícolas.

E vejam só o que V.Exa. citou: a questão da barragem do Rio São Bento vai, sem dúvida nenhuma, permitir um aumento de produtividade, vai permitir que o nosso agricultor possa ter acesso à água, que é um insumo fundamental e essencial para a sua produção e para a sua produtividade. Por outro lado, nós vimos, em outros segmentos do Governo, a falta de sensibilidade para com as políticas agrícolas.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a Faesc, a Fetaesc e a Osesc pela brilhante iniciativa e dizer que podem contar conosco nesta luta que, na verdade, é de todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Romildo Titon, com a palavra o Sr. Deputado Adelor Vieira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, normalmente este Deputado não costuma rebater ou fazer críticas a qualquer matéria que a imprensa divulga, mas agora vou fazer, por questão de justiça, até porque fui cobrado em relação a uma matéria que saiu sobre os Deputados faltosos. E eu não me considero um Deputado faltoso, Deputado Afonso Spaniol, considero-me um Deputado regularmente presente nesta Casa.

Coincidentemente, aqui tenho na relação, infelizmente ou felizmente vem por ordem alfabética, o meu nome em primeiro plano constando que eu tenho 10 faltas: três faltas em fevereiro e sete faltas em março. Na verdade, eu e os Deputados Jaime Duarte, Sandro Tarzan e Joares Ponticelli estivemos numa missão governamental, que se estendeu por 18 dias. E aí reside a grande maioria das nossas faltas.

Então, por uma questão de justiça, eu faço apenas esta justificativa, até porque a Mesa da Casa, certamente, apresentou a documentação que diz: falta justificada. Este Deputado tem sete faltas justificadas e três, porque não há necessidade de justificar até três faltas, embora essas faltas também sejam para atendimento que normalmente fazemos nas bases, na região ou em missão. Nesse caso, inclusive, estive dois dias em Brasília atendendo interesses do nosso Estado.

Estou fazendo esta justificativa apenas para ficar no registro e também satisfazer aqueles meus amigos, alguns eleitores, inclusive da minha região e de outras regiões, pois estive em Joaçaba esta semana e um amigo meu me cobrou este fato. Então, a ele eu quero fazer esta justificativa.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Adelor Vieira, quero aqui endossar as suas palavras e certamente o registro das suas faltas constantes na imprensa se deve às viagens efetuadas ao exterior.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Exatamente.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol -

Porque nós fomos Colegas de Mesa e eu sei da sua assiduidade aqui na Casa. V.Exa. é um dos Deputados mais assíduos, com mais frequência aqui nas sessões da Casa.

Então, V.Exa. está com a razão e faz bem em fazer este registro, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Obrigado, Deputado Afonso Spaniol.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Adelor Vieira, se V.Exa. me permite, com relação à questão de assiduidade, também gostaria de fazer uma referência ao que foi ventilado na imprensa sobre os Deputados.

Da mesma forma, numa matéria que saiu nas manchetes dos jornais, apareceram diversos Deputados... É no meu caso constando ausência em reuniões plenárias, ou seja, seis dias em que não consta a minha presença. Na verdade, neste mesmo período estive na Rússia, portanto, estava ausente do País, mas constei como Deputado faltoso.

Então, temos que ter esta preocupação, para evitar que os Deputados sejam injustamente colocados nessas listas.

Assim, para aqueles que trabalham, como é o caso de V.Exa. - eu o conheço e reconheço o seu grande trabalho em todos os sentidos, principalmente com relação à sua assiduidade, eis que não tem faltado nas Comissões quando fazia parte da Mesa - não é justo que se cometam injustiças, como fizeram com V.Exa. e com este Deputado.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Obrigado, Deputado Rogério Mendonça, e esta situação é também de vários outros companheiros Deputados.

Então, de repente a imprensa não se deu conta de que existe uma coluna aqui com a respectiva justificativa.

Mas creio ser isto de menor importância. O que eu julgo da maior importância para discutirmos hoje, aqui, Deputado Moacir Sopelsa, é E eu me permito, mais uma vez, falar sobre a imprensa, que creio até que esteja tentando saber o que está havendo com o Deputado Adelor Vieira. Mas passem V.Exas. e Deputada Ideli Salvatti: "prostituição completa orçamento".

Que boa matéria para um dia de trabalho! Estamos prestes a comemorar o Dia do Trabalho, dia 1º de maio, e que incentivo damos ao trabalhador! Olha lá, Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso! Olha lá, Sr. Ministro! Vamos complementar de outra forma, senão o povo vai mesmo, ainda mais com a ajuda da imprensa que, infelizmente, incentiva a prostituição, eis que deu um espaço muito grande, trazendo a público o depoimento de uma proprietária de boate em Joinville.

Eu lamento, porque isso não é só do jornal. O programa "x" da questão é uma rede, é uma cadeia de televisão, rádio e jornal! Acho que temos outras coisas para serem publicadas.

Vejam V.Exas., aqui, o que diz o articulista, expressando o que essa cidadã, essa proprietária de boate falou: 'a maioria das meninas procura a noite para complementar o orçamento da família. Mas elas não vão trabalhar todos os dias nem aceitam qualquer relação. Elas só fazem o programa quando querem. Muitas trabalham em outras atividades durante o dia e fazem programa à noite. Não deixa de ser uma profissão como qualquer outra'.

Como que essa é uma profissão,

Deputada Ideli Salvatti?! Dá para aceitarmos isso!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Adelor Vieira, infelizmente a prostituição é dita, popularmente, como a profissão mais antiga do planeta. É assim que ela é reconhecida, essa lástima, na qual a mulher acaba sendo submetida, pela questão econômica, a uma atividade tão degradante, para a qual se sujeita a uma situação que nenhuma pessoa humana deveria se submeter - uma relação sexual sem qualquer afetividade, sem qualquer carinho, sem qualquer amor, pura e simplesmente em troca de um numerário, em troca de um benefício financeiro ou algum presente, no sentido de troca econômica, o que temos a lamentar.

E esse até vai ser o meu pronunciamento, amanhã, no horário destinado aos Partidos Políticos, que é exatamente como os meios de comunicação, que são todos concessões públicas, deveriam estar a serviço do interesse da população, da sociedade, mas se prestam a esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - São formadores de opinião, Deputada.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Incentivo à prostituição.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Veja Deputada o que diz essa cidadã:

(Passa a ler)

"Muitas pessoas são sustentadas pelas garotas. Segundo ela, cada garota de programa pode tirar em média R\$1.500,00 por mês. Mas isso é variável. Pode ser muito mais, depende da garota."

Deputado Rogério Mendonça não dá para aceitarmos. Isso aqui está virando Sodoma e Gomorra.

Estava lendo as Escrituras Sagradas e entendi isso como se esse incentivo... Se olharmos a Epístola de Judas diz o seguinte: que como em Sodoma e Gomorra se entregavam à prostituição, assim nos últimos tempos também os homens e mulheres dos últimos tempos fariam isso.

Diz mais: Ai deles, porque prosseguiram no caminho de Caim movidos pela ganância. É a ganância de ter mais, de ganhar mais. Pessoas como essas poderiam estar em outro empreendimento. Não aliciar, não fazer esse tipo de trabalho.

Lamento que isto esteja acontecendo!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Adelor Vieira, o seu tempo já está praticamente encerrando, mas rapidamente gostaria de incorporar-me ao seu pronunciamento.

Li essa matéria e fiquei estarecido com a publicidade que se dá a esse tipo de profissão, de trabalho, ou o que se poderia chamar, porque não podemos considerar dessa maneira. Não podemos estimular que as pessoas..., e sabemos como hoje vive o nosso assalariado, muitas vezes vivendo com salário mínimo de R\$180,00, com dificuldade, mas trabalhando. E acompanhando uma matéria dessa pergunto: qual o estímulo que eles teriam para continuar a trabalhar?

Realmente é lamentável, Deputado Adelor Vieira, que matérias como essa possam

ter esse espaço em jornais, como é o caso desse que V.Exa. acabou de mostrar.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Para que todos tenham conhecimento, na verdade, o programa chama-se "X da Questão" e tem como subtítulo "Dona de boate é entrevistada no programa."

Faço um apelo aos diretores do jornal da televisão, da rádio, para que selecionem os seus entrevistados. É aquilo que a Bíblia fala: "por se multiplicar a iniquidade, o amor de muitos esfriará."

Parece que está faltando amor para com essas pessoas, com essas vidas que estão sendo levadas para o mundo das drogas e da prostituição. Que Deus possa iluminar! E que tenhamos no dia 1º de maio, o Dia do Trabalhador, mais luz. Que os nossos governantes possam proporcionar condições para a geração de emprego e renda, a fim de que os nossos adolescentes, os nossos jovens não caiam na prostituição...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, como já registrei, Deputado Adelor Vieira, no horário dos Partidos Políticos, amanhã vou voltar a este assunto, porque fizemos uma reunião muito importante segunda-feira, com deliberações, envolvendo Ministério Público, diversas instituições, entidades, e alguma coisa precisamos fazer para que esta verdadeira barbaridade não continue sendo transmitida à exaustão pelos meios de comunicação do nosso País.

Mas o que me traz à tribuna é porque no dia de hoje, poucas pessoas entraram nas questões que estão colocando o Brasil em polvorosa.

São as denúncias, as declarações, as confissões, os choros e, obviamente, não poderíamos deixar de passar esta terça-feira sem nos ater ao que está acontecendo no Brasil.

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na reunião da Alca, que pudemos acompanhar com grandes confrontos de rua, com inúmeras organizações populares do Brasil, de vários países do mundo inteiro se manifestando contra pelas consequências que isso trará para a grande maioria, para a totalidade praticamente dos países das três Américas, pois o grande beneficiário deste programa de integração das Américas, denominado Alca, será mais uma vez, indiscutivelmente, os Estados Unidos.

Mas o nosso Presidente, nesse encontro que fechou o acordo para a Alca, fez declarações surpreendentes. Indignado com a corrupção no Brasil, indignado pelo que aconteceu no Senado, que não podemos varrer nada para debaixo dos tapetes, que precisa ser investigado, que o povo brasileiro exige que sejam tomadas medidas contra os Senadores, com a maior cara-de-pau como se o Brasil não estivesse acumulando desde seu primeiro Governo denúncias e mais denúncias que o Sr. Fernando Henrique varre para debaixo do tapete.

Sistematicamente muitas vezes com o auxílio daqueles Senadores que agora estão na vitrine, seja pelas rãs, pelos painéis, pelas lágrimas que derramam, pela confissão de culpa de que realmente fraudaram o sigilo do painel.

Com toda essa lama derramada no Congresso Nacional, de forma muito especial no Senado, muito do meu ponto de vista inclu-

sive conveniente a aquele que aos brados reclama no Canadá que precisamos investigar e que não quer que se investigue nada do que tem a ver com ele...

Acho muito conveniente porque está se tentando desviar o assunto do lodo, dessa lama fétida que tem no Governo Fernando Henrique para o Congresso Nacional. É muito conveniente ao Sr. Fernando Henrique.

Temos um posicionamento muito claro de que tudo tem que ser investigado. O PT coloca de forma clara há muito tempo que não dá mais para os esqueletos da corrupção, que assolam o primeiro e segundo Governo de Fernando Henrique, continuarem escondidos nos armários.

Da mesma forma como não vamos admitir que a questão da violação do painel do Senado também fique nas lágrimas, sem que os Senadores sejam cassados.

Senador que se utiliza da prerrogativa de ordenar... Porque não venha me dizer que o Senador Arruda fez uma consulta e a funcionária do Prodasen, atendendo a consulta, produziu a lista.

Nenhum funcionário, e na Assembléia temos ótimos e excelentes funcionários, iria produzir uma lista de violação de sigilo se não tivessem recebido ordem do Sr. Arruda. Não adianta chorar as lágrimas de crocodilo porque deu para alguém a ordem e é bom continuar confessando que quem deu ordem foi ele. E se não foi ele, foi o ACM, porque alguém deve ter dado a ordem para a Regim, funcionária responsável pelo Prodasen.

É muito importante e uso a tribuna também para registrar a posição da nossa Bancada e do nosso Partido.

A nota assinada pelo Líder da Bancada do PT no Congresso Nacional e pelo Presidente nacional do nosso Partido, Deputado José Dirceu.

Em nome da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores irei fazer a leitura.

(Passa a ler)

"Está caracterizada a quebra do decoro parlamentar no episódio da violação do painel de votação do Senado, pelos Senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães, conforme detectou o laudo da Unicamp, posteriormente reafirmado pelo depoimento da ex-Diretora do Prodasen, Regina Célia Perez Borges, e a confissão do próprio Senador Arruda.

Não há mais nenhuma condição ética e política para o Senador Jader Barbalho continuar presidindo o Senado da República e portanto o Congresso Nacional, todo o País tem conhecimento das graves denúncias apoiadas em inícios e provas contra o Senador.

A Comissão Executiva resolve:

1 - Reafirmar a decisão da Bancada Parlamentar no Congresso Nacional de apoiar, lutar e defender a instalação de uma CPI mista da corrupção, para a qual faltam muito poucas assinaturas.

2 - Orientar o conjunto do Partido para mobilizar a sociedade em apoio à instalação da mesma, priorizando os atos do 1º de maio.

3 - Orientar a Bancada a solicitar à Comissão Ética do Senado o encaminhamento do pedido de instauração de processo de cassação dos mandatos dos Senadores, acima citados, por quebra do decoro parlamentar.

4. Buscar por todos os meios políticos e constitucionais a renúncia do Presidente do Senado e do Congresso Nacional e a instauração da CPI da Corrupção e da Sudam, para

que se possa investigar a atuação do referido Senador;

5. Repudiar as tentativas de envolver Parlamentares do PT nas fraudes ocorridas no Congresso e manifestar sua solidariedade aos Senadores Heloisa Helena e José Eduardo Dutra, cujas trajetórias e condutas no episódio são irrepreensíveis."

Esta é a nota oficial da nossa Comissão Executiva Nacional, do nosso Líder na Bancada e também do Presidente Nacional do Partido.

Quero dizer que não sei o que aconteceu. De repente, talvez, os ares de Brasília, que contam a ruas na exigência da investigação.

Mas chegamos a bom termo, depois de quase três semanas de embates e de polêmica pela imprensa aqui na tribuna com relação à CPI da Sonegação na Casa. Finalmente estou surpreendida, porque parece que a Bancada Governista, de forma muito especial a Bancada do PPB, assumiu a necessidade de darmos continuidade aos trabalhos, Deputado Rogério Mendonça.

Então, quero saudar os novos ares. Quero, até, saudar no sentido de que seria bom que esse desejo de investigação, de dar continuidade aos trabalhos da CPI da sonegação contamine os Deputados Federais e os Senadores do PPB, do PFL, do PTB, para que, também em Brasília, assimem rapidamente a CPI da Corrupção e da Sudam para que possamos começar as investigações.

Então, esses novos ares de "vamos investigar", pois o povo brasileiro está exigindo uma operação mãos limpas neste País, talvez contamine o PPB, o PFL e o PTB em nível nacional para podermos ter a CPI da Corrupção e da SUDAM instalada em Brasília.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputada Ideli Salvatti, com muita satisfação entro neste assunto com relação à CPI da Sonegação, pois estamos juntos na Comissão onde V.Exa. tem feito um brilhante trabalho, como o é o seu trabalho nesta Casa, como tem sido durante os mandatos que V.Exa. tem exercido.

Quero dizer também que com relação à CPI da Corrupção, felizmente o Presidente do nosso Partido em Santa Catarina, o Senador Casildo Maldaner agora assinou e aderiu. E, além disso, a nossa Bancada hoje reunida, encaminhou uma moção ao diretório nacional pedindo o afastamento do Senador Jader da Presidência do Partido, como também encaminhando a todos os demais Deputados da Bancada do PMDB de Santa Catarina, para que também adiram e assinem essa CPI da Corrupção.

E mais, Deputada Ideli Salvatti, falando até na questão do painel eletrônico, gostaria, se V.Exa. me permitir, de fazer uma referência: tenho uma solicitação de uma audiência pública nesta Casa para que aqui venham aqueles que produziram, fabricaram, programaram o nosso painel eletrônico. Espero que esta audiência aconteça o quanto antes, até porque não queremos colocar em dúvida ninguém, o ex-Presidente, o atual. Acredito que em Santa Catarina não existe problema. Mas precisamos ter a tranquilidade na hora de votar, temos que ter a segurança de que no nosso painel não existe dúvida nenhuma e risco nenhum. Temos que votar com a segurança de que ele não será violado e também não será modificado.

Se V.Exa. me permite, era só para

acrescentar esse depoimento ao seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Quero saudar, Deputado Rogério Mendonça, a providência, porque realmente depois do que aconteceu no Senado não podemos confiar em mais nada. E aqui nesta Casa, além de orar, temos que vigiar permanentemente, porque, vira e mexe somos surpreendidos por alguma leitura rápida, um requerimento que não estava na pilha, mas podia estar.

Então, são situações que precisamos estar sempre muito bem atentos para que nenhuma manobra ou incoerência em relação à vontade soberana do Plenário seja submetida à apreciação.

Gostaria de dizer, Deputado Rogério Mendonça, que espero que os demais Deputados Federais, porque o Deputado Edson Andriano foi um dos primeiros a assinar, mas espero que o Edinho Bez e o João Matos possam rapidamente assinar também a CPI.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Peço desculpas Deputado Afonso Spaniol, porque não tenho mais tempo para conceder-lhe, a não ser que o Presidente me conceda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Temos ainda um orador inscrito Deputada e somente com o consentimento dele eu poderia fazê-lo.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol (Interferindo) - Só queria dizer que aqui na Casa, hoje, aprovamos, em primeiro turno, a extinção do voto secreto. Então, não precisamos mais medo da eleição secreta na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Deputada, hoje, na reunião da Bancada do nosso Partido, também decidimos, por unanimidade, pela remessa de uma moção para a Bancada Federal para que todos assinem a CPI da corrupção.

Acho que é uma medida absolutamente necessária. O País tem que ser passado a limpo!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Acho louvável, necessária. O País precisa ser passado a limpo! O povo está exigindo, e aí da-quele que se colocar contra a essa orientação, esse desejo da ampla maioria do povo brasileiro! Serão varridos pelas urnas nas eleições do ano que vem.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Valmir Comin, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COLMIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uso desta tribuna para prestar uma nobre homenagem a um Município que se destaca na nossa região, a AMREC, o Município de Forquilha, que está fazendo o 12º de aniversário de sua emancipação política.

No leito desse Município temos a honra de poder contar com uma nobre cidadã que vem se destacando no Brasil pelo relevante trabalho social frente as pastorais de crianças por toda essa grande Nação brasileira. Falo da Dra. Zilda Arns, irmã do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns.

O Editorial da Pastoral da Criança diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A Pastoral é candidata ao Nobel da Paz.

A Pastoral da Criança está em festa. Todos os líderes comunitários e membros das equipes de coordenação e capacitação estão de parabéns. O motivo é que o Governo brasileiro fez a indicação oficial da Pastoral da

Criança ao Prêmio Nobel da Paz de 2001.

No último dia 9 de janeiro foi realizada uma cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma carta com a candidatura. Já no dia 17, o Ministro da Saúde, José Serra, entregou essa carta, juntamente com um dossiê sobre a Pastoral da Criança ao Comitê Nobel, na Noruega.

Para articular essa candidatura, foi criada uma comissão que tem várias autoridades entre bispos, pastores, comunicadores, empresários e pessoas muito conhecidas, como Pelé, Renato Aragão e Daniela Mercury.

Só o fato de ser indicada já significa um grande prêmio para a Pastoral da Criança, pois demonstra o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por 150.000 voluntários em todo o País, afirma Dra. Zilda.

O ganhador do prêmio será anunciado em outubro próximo. Até vamos aproveitar para somar mais forças em busca da qualidade de vida para todos, especialmente às crianças."

Então, a justa homenagem a essa grandiosa e gloriosa batalhadora, que vem desenvolvendo o seu trabalho na área social e em especial correlacionado aquilo que será de mais precioso para o nosso futuro, que é a nossa juventude e a nossa criança.

Um outro assunto é com relação a fonte energética que temos hoje no Estado de Santa Catarina, cortando, o seu trajeto, o Sul do Estado.

Trata-se do gás Bolívia-Brasil - GASBOL, uma concorrência ganha pela empresa Tenenge para a implantação da linha mestra da canalização desse gás, que posteriormente na sua distribuição até as empresas houve num novo processo de licitação, sendo a vencedora a empresa Bueno Travassos.

Dentro de um plano de planejamento mal feito, pode-se dizer, onde teve também a participação da SC GÁS, que predominava ainda o Governo passado, mas que proporcionou o gás para algumas empresas do setor cerâmico, em especial a cerâmica branca, ou seja, a produção de pisos e azulejos. Mas no decorrer do tempo, defasado esse contrato, exaurido os recursos, não houve a possibilidade da implantação das demais empresas.

O próprio Governo gerou uma concorrência desleal, proporcionando para algumas empresas o gás enquanto outras do mesmo setor não obtiveram esse benefício. Sabemos de acordo com os dados técnicos que temos que o gás proporciona uma otimização no custo da queima de 20 a 30%. Isso gerou uma concorrência desleal no mercado impossibilitando até algumas empresas de operar no setor.

Temos gestionado junto ao Governo do Estado e a SCGAS para que seja feita essa compensação, seja resgatado esse compromisso do Governo para com essas empresas que já tinham anteriormente assinado o contrato com a SCGAS e não obtiveram esse benefício.

Fizemos algumas intervenções junto ao Tribunal de Contas, ao Governo do Estado e a SCGAS para ver da possibilidade de fazer um aditamento ao contrato sem que houvesse uma nova licitação, porque isso poderia gerar uma demanda muito grande de tempo e nesse período poderíamos ter o fechamento de algumas indústrias, mas infelizmente não foi possível.

A SCGAS num gesto nobre de sua parte, com o apoio do Governo do Estado, lançou um novo edital, feito no dia 28 próximo passado e, agora, no mês de maio teremos a

abertura dessas propostas para a implantação de 25 quilômetros lineares de gás natural, onde, além da cerâmica branca, pretendemos num futuro bem próximo disponibilizar o gás à cerâmica vermelha, ou seja, a produção de telha e tijolos.

Cerâmica vermelha esta que temos o potencial, Deputado Rogério Mendonça, no Sul do Estado, mais especificamente nos Municípios de Morro da Fumaça, Içara, Morro Grande e Sangão, de aproximadamente 220 olarias, empregando essas a média de 3600 a 4000 empregos diretos.

É bem verdade que temos uma mão-de-obra muito primária mas, por isso mesmo, o setor precisa se adequar e se modernizar. E o gás é um quesito indispensável para a otimização de custo, para poder competir nesse mundo da globalização que estamos vivendo.

Queremos ver essa reivindicação, esse sonho dos empresários, tornarem realidade dentro dos próximos dias.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Ouço V.Exa. e na sua região o setor da cerâmica vermelha vem se destacando, pode-se dizer até em grande escala.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Valmir Comin, é muito interessante esse seu pronunciamento no que se refere a importância da cerâmica vermelha no sentido de gerar emprego, é uma atividade que absorve muito a mão-de-obra e muitas vezes a mão-de-obra não qualificada com dificuldades de conseguir emprego.

A cerâmica vermelha na nossa região do Alto Vale é de uma importância muito grande. E no que se refere ao gasoduto, hoje a questão do gás está prevista no Alto Vale do Itajaí somente até a região do Médio Vale, mas estamos pleiteando para que esses gasodutos possam ir até o Alto Vale do Itajaí, a fim de beneficiar as indústrias de modo geral e a cerâmica vermelha, que na nossa região tem uma importância muito grande.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Valmir Comin, e me incorpore a ele porque, realmente, são dados muito interessantes, muito importantes para a economia do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço a sua consideração e digo que esta obra tem três cunhos, o social, o econômico e o ecológico ao mesmo tempo. A nossa região por ser um dos grandes potenciais do setor cerâmico, tanto na cerâmica branca quanto na vermelha, também é detentora do pior índice de ar, do segundo pior índice desse País. E com a implantação do gás teremos uma queima limpa e uniforme, oportunizando uma melhor qualidade e uma melhor performance no produto. Além da utilização de custos gerando uma maior condição de poder competir nesse mercado tão confuso e tão complexo que é o mercado da globalização.

Muito obrigado!

SEM REVISÃO DO ORADOR

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Continua livre a palavra em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a presente sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 26 DE ABRIL DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Antônio Aguiar - Cesar Souza - Gelson Sorgato - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Duarte - João Henrique Blasi - João Rosa - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Manoel Mota, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Manoel Mota, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Manoel Mota) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que altera disposições da Lei nº 10.609, de 28.11.97.

INDICAÇÕES DE AUTORIA DOS SRS. DEPUTADOS

- Herneus de Nadal, que peticiona alteração em procedimento funcional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

- Rogério Mendonça, que solicita ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, adoção das medidas cabíveis no sentido de ser implantado trevo na rodovia Augusto Hasse, acesso da rua Augusto Maas, no bairro Araponga, Município de Indaial;

- que solicita ao Governador do Estado urgente atendimento das matérias previstas no Orçamento do Estado oriundas do Orçamento Regionalizado;

- que solicita ao Governador do Estado medidas urgentes no sentido de ser viabilizada a disposição de Patrulha Mecanizada ao município de Mirim Doce.

OFÍCIO DE Nº:

- 0524/01, do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando o Relatório com as Informações Gerenciais.

CORRESPONDÊNCIA:

- do Sr. Deputado Estadual do Estado do Paraná, Antônio Anibelli, encaminhando requerimento apresentado por ele na Assembleia Legislativa do Paraná, com voto de Congratulações e aplausos ao tenista brasileiro Gustavo Kuerten, pela brilhante vitória, conquistando o 13º título de sua carreira.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Ideli Salvatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna, neste primeiro horário da sessão, é uma certa indignação e um pedido de providências.

Estamos operacionalizando um requerimento ao Deputado Onofre Santo Agostini, para que o Poder Legislativo tome medidas, porque fui surpreendida hoje muito cedo, quando fui ao Bom-Dia Santa Catarina, e me surpreendi com a manchete do Diário Catarinense que estampa em letras garrafais que a CPI acusa mulher do Pizolatti.

E ao ler o texto da matéria feito pela jornalista Lúcia Helena, em primeiro lugar quero dizer que o texto da matéria não se coaduna com a manchete, até porque o procedimento feito pela CPI no dia de ontem, na primeira reunião de trabalho para a retomada das nossas atividades, foi marcar cinco depoimentos, marcar a abertura dos trabalhos da Comissão que vai analisar a legislação tributária no nosso Estado e aprovamos uma série de requerimentos pedindo documentos, pedindo informações.

E entre os requerimentos aprovados pela CPI, ontem, há um requerimento que encaminhamos ao Dr. Galvani Alberton cópias de documentos contábeis e uma cópia de depósito em conta em nome da Sra. Elke Pizzolatti. E encaminhamos esses documentos ao Ministério Público, ao Dr. Galvani Alberton, com o único objetivo de obter informações se o Ministério Público tem conhecimento oficial desses documentos; se o Ministério Público tomou alguma providência, caso o conhecimento venha a ser confirmado, para que a CPI possa, em seguida às informações do Ministério Público, tomar alguma providência.

A CPI não acusa ninguém, a CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI investiga, a acusação é feita pelo Ministério e o julgamento é feito pela Justiça! A CPI tem única e exclusivamente o objetivo de investigar. E no caso nem está sequer sob investigação! Apenas fizemos um pedido de informação para saber se o Ministério Público tem conhecimento dos documentos e se tomou alguma providência.

Portanto, a manchete do Diário Catarinense, sob o meu ponto de vista, é

uma manchete absolutamente sensacionalista, é uma manchete que não se coaduna com o texto, porque no texto da matéria a jornalista Lúcia Helena retrata o que foi feito.

Diante disso a CPI aprovou por unanimidade ontem o encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça, José Galvani Alberton, de um pedido de informação. A CPI quer saber se o Procurador-Geral tem conhecimento desse fato, e, nesse caso, se tomou alguma providência ou se pretende tomar.

Com a informação precisa do Ministério Público, a Comissão decidirá o que fazer. A matéria retrata o que aconteceu no dia de ontem. O texto, mas não a manchete!

Eu gostaria, Deputado Onofre Santo Agostini, de solicitar que o Poder Legislativo tomasse as providências no sentido de fazer com que o Diário Catarinense retifique essa manchete, que não se coaduna nem com o que ocorreu e nem com a matéria, que dê a mesma ênfase, que dê o mesmo destaque e que possamos ter a verdade estabelecida dos trabalhos que a CPI vem desenvolvendo! Até porque esse tipo de manchete acaba só contribuindo para que tenhamos aqui mais três semanas de bate-boca sobre como é que a CPI deve ou não se conduzir!

Então, na condição de Presidente da CPI, já estou tomando a iniciativa, porque fiquei tão indignada como sei que vão ficar outros membros que participaram da reunião, onde a deliberação tomada não diz nada que pudesse levar a uma manchete desse tipo.

As declarações à imprensa foram feitas pela Presidente e pelo Relator, com a assistência de várias outras pessoas que ficaram ao final da reunião e podem confirmar. Aliás, nem precisa confirmar nada, porque o texto da jornalista não dá margem para esse tipo de manchete.

Aliás, não é a primeira vez, quero dizer que é a segunda, quando tivemos aqui o depoimento do Almir Borges. O mesmo texto da jornalista Lúcia Helena saiu no Diário Catarinense e no Jornal de Santa Catarina. Qual foi a manchete do Diário Catarinense? "Fiscal depõe e aponta assassinato suspeito". Qual foi a manchete do mesmo texto no Jornal de Santa Catarina? "Fiscal Almir Borges depõe na Assembleia. Uma sensacionalista e outra retratando a verdade.

A questão da morte do contador, do acidente, a providência não foi acusar nada de que foi suspeito, de que foi criminoso. A deliberação da CPI foi investigar a morte do contador, como está inclusive na manchete do jornal O Estado do mesmo dia: "CPI vai investigar a morte do contador".

O papel da CPI é verificar se há ou não alguma suspeita, de repente, de ter sido um acidente que pudesse ter algum grau de crime, mas é uma investigação, ninguém está acusando ninguém.

Gostaríamos, Deputado Onofre Santo Agostini, que o Poder Legislativo fizesse oficialmente o contato com o Diário Catarinense, pedisse as providências, a retificação da manchete com a mesma ênfase. Do meu ponto-de-vista este assunto mereceria uma nota oficial. O que acontece com uma manchete desta: "CPI acusa mulher de Pizzolatti"? Busca atingir de forma transversa uma figura pública do nosso Estado.

Quero dizer que não tenho nenhum problema de investigar, e se for o caso de obter provas, encaminhar ao Ministério Público denúncia contra qualquer figura pública do nosso Estado, como tenho vindo aqui reiteradas vezes exigir a instalação da CPI da Corrupção no Congresso Nacional. Parece que ontem conseguimos todas as assinaturas e que seja levada até às últimas consequências a verdade da quebra do sigilo. E se for preciso cassar Senador, os caciques, que seja feito.

Agora, não podemos permitir que manchetes antes de qualquer investigação já saia acusando e fazendo com que personalidades públicas tenham que responder publicamente por acusações que não estão colocadas.

Queria pedir mais uma vez ao Presidente Onofre Santo Agostini que o Poder Legislativo se manifeste, para que não sejamos conivente com esta situação, que não ajuda inclusive o trabalho da CPI.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Vamos receber o requerimento e, após, vamos avaliar, mas entendo que V.Exa. mostra grandeza em tomar essa posição. E se necessário for vamos determinar em nome Poder que se resgate a verdade, a fim de não desmoralizar a CPI por pensamento antecipado, além de publicar uma nota oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

Solicito, ao Deputado Ivo Konell, para que assuma a Presidência neste momento, pois terei que me ausentar devido a um chamado do Gabinete da Presidência.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Parlamento de Santa Catarina tem dado demonstração de luta, de trabalho, de coerência e de conquista.

Alguns anos atrás, através de requerimentos, através de moções, através de ação deste Parlamentar, através de movimentos de aposentados, Sr. Presidente, paramos por mais de quatro vezes a BR-101 do lado norte para poder iniciar a duplicação da BR. Foi uma luta permanente e sabíamos que o lado sul não tinha projeto de engenharia, o lado norte tinha, e começamos ligados ao transporte rodoviário, ligados a esses movimentos. Começamos a fazer um trabalho e aí batemos, batemos, até que aconteceu.

Acredito que dentro de aproximadamente 60 dias temos a inauguração do trecho norte, que dá condições da divisa do Paraná a Palhoça estar totalmente pronta, duplicada, e aí, a tranquilidade impera, com a diminuição de acidentes e, por consequência, de mortes, por aí afora.

Iniciamos, encampamos a nova luta do lado do sul. E o lado do sul não tinha sequer projeto de engenharia. Esse Parlamentar, em nome do Parlamento de Santa Catarina, fez alguns movimentos do lado sul junto aos aposentados, junto à sociedade. E fomos lutando, fomos lutando e foi se arrastando e chegou momentos decisivos, quando um movimento de Vereadores se encamparam ao nosso movimento em Criciúma, depois em Tubarão, com aproximadamente quatro, cinco mil pessoas.

Ali tinham lideranças em busca de uma solução e foi criada uma comissão de aproximadamente 80 pessoas entre Vereadores, Presidente de Câmaras, Prefeitos e a Imprensa do sul, que tem que ser reconhecida pelo papel fundamental. A RBS de Criciúma deu uma cobertura extraordinária em Brasília, naquele movimento primeiro das 80 pessoas, 80 lideranças que lá estiveram.

O Adelor Lessa, que ajudou a questionar e em nome dele toda a Imprensa do sul que participou efetivamente daquele movimento, daquele processo, que levou uma pressão muito grande, que foi levada ao DNER, foi levada ao Ibama, com uma pressão aos técnicos que tivemos até depois que pedir desculpas, porque foi uma pressão muito forte.

Teve um técnico que chegou a branquear, porque ele achou que até seria agredido. E por muito pouco não foi agredido quando ele disse: eu não assino. Mas depois voltou atrás e pediu desculpas, mas por muito pouco não foi agredido. Era o desespero do sul do nosso Estado, Deputado Romildo Titon, porque cada final de semana são 5, 6 pessoas que morrem, que desaparecem, que são esmagadas e quebradas por um caminho que passou por cima, batido. É uma tristeza generalizada, a cada final de semana, no Sul do Estado, que não comporta esse tráfego louco que aí está.

E aí fomos ao Ibama, à Funai, e naquela pressão primeiro fomos atendidos por um técnico, por um procurador, por um diretor, e também, pela pressão, o Presidente do Ibama atendeu. E não tinha como se desculpar e nem como se posicionar. Pediu que desse um dia de prazo e foi o que fizemos, ficamos um dia em Brasília. E este dia de prazo fez com que ele pedisse um crédito de confiança por quatro dias úteis. E este prazo venceu ontem, às 11h. E daqui soubemos que tinha sido transferido das 11h para às 15h.

Chegamos ontem em Brasília, por volta das 10h, com o pessoal de Araranguá, de Criciúma e de Tubarão. Outros Deputados já estavam em Brasília. E descobrimos que o Ministro dos Transportes estava no Ibama. Ao invés de irmos para o Congresso Nacional fomos para o Ibama.

E aí novamente lá estava toda a imprensa do Sul. Estava a RBS de Criciúma dando cobertura, estava o Adelor em nome

da imprensa do Sul. E às 11h tivemos a certeza de que ainda podemos acreditar na palavra das pessoas, Deputado Moacir Sopelsa, porque o Presidente do Ibama, que pediu um dia de prazo para estudar e quatro dias úteis para assinar a licença ambiental, ontem às 11h, com a presença do Sr. Ministro, entregou-nos a licença prévia ambiental do Ibama. Evidentemente que foi uma euforia, uma alegria, porque agora temos convicção de que tudo vai dar certo.

E ontem mesmo já iam entrar em contato com os bancos internacionais, com o BID e com o banco japonês para chamarem o Brasil para negociar e depois colocar na Internet, pelo prazo de sessenta dias, para o mundo inteiro, para que não haja nenhuma interrupção nesta licença ambiental, para depois, então, ser autorizada a licitação.

Temos convicção que esta obra não será iniciada em seguida, porque existe um prazo determinado. São sessenta dias. Depois tem que licitar no mês de julho, depois ainda tem o tempo de as empresas se instalarem, às vezes algumas entram na Justiça e ainda leva de quinze a sessenta dias. Então, na verdade, a obra vai acontecer lá por dezembro.

Mas a verdade é que, pelo menos, temos convicção de que vamos ter a duplicação da BR-101. E esta foi uma luta de todos nós, da Comissão Parlamentar de Externa desta Casa, que representei. Representei este Parlamento, representei ontem os Deputados de Santa Catarina neste momento não inédito, mas memorável para o nosso Estado, que são R\$700 milhões de investidos aqui no Sul do Estado de Santa Catarina.

E esta licença que recebemos, esta tão difícil licença do Ibama, diz o seguinte:

(Passa a ler)

" O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, resolve:

Expedir a presente Licença Prévia à:

Empresa: Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER, relativa ao Projeto de Modernização e Ampliação da Capacidade Rodoviária da BR-101, trecho Florianópolis/SC - Osório/RS."

Esta os gaúchos acabaram levando de graça, porque não participaram deste movimento! Mas está incluído o trecho de Florianópolis a Osório.

Então, essa licença ambiental é fruto de um trabalho do Sul de Santa Catarina, do Parlamento catarinense e dos políticos catarinenses. Não somente do Deputado Manoel Mota! É do Parlamento catarinense, que tem a Comissão Parlamentar Externa, e está buscando esta conquista fundamental ao Estado de Santa Catarina que é o trecho da duplicação da BR-101.

Este sonho está se transformando em realidade, porque dia 30 encerrava-se o prazo para os bancos internacionais negociarem com o Brasil a duplicação da

BR-101. Agora somente no ano que vem! No ano que vem a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Eleitoral impedem qualquer tipo de negociação e ficaríamos sujeitos a esperar pelo próximo governo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero cumprimentar V.Exa. e os demais Deputados desta Casa, que trabalharam em favor desse, vamos chamar, Deputado Manoel Mota, "empurra, empurra", no qual um órgão do Governo Federal colocava a culpa no outro.

Graças ao empenho de todos, dos Prefeitos, dos Vereadores, dos veículos de comunicação, de toda sociedade catarinense e da Comissão Externa Parlamentar, que assumiu este desafio e foi buscar essa solução para BR-101...

Quero, em nome da Comissão de Transportes, dizer que estamos juntos. Essa obra não é somente do Sul do Estado, é uma obra para Santa Catarina, para o Brasil e para o Rio Grande do Sul.

Então, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que quando estamos unidos, quando todos trabalham em favor de uma causa, é mais fácil sermos vitoriosos. O exemplo está aí, mais uma vez: um investimento que vem fortalecer, vem agregar e vem somar o Estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Temos que cumprimentar também, embora às vezes criticados, os últimos dois Ministros, que para nossa felicidade são do Sul e tiveram importante decisões para que esta obra acontecesse em toda BR-101.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Solicito aos Parlamentares para que me concedam, se puderem, mais cinco minutos, a fim de fazer as minhas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Deputado Manoel Mota, o próximo inscrito é o Deputado Gelson Sorgato. Se ele estiver de acordo, não há problema.

Como não temos outro orador inscrito, além do Deputado Gelson Sorgato, é perfeitamente viável.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço aos Srs. Deputados.

Essa ação foi coletiva. É uma ação importante e um assunto fundamental à Santa Catarina, porque a duplicação transformou-se numa realidade.

Queremos agradecer ao Presidente do Ibama e à sua equipe que foram sensíveis a este movimento do Sul do Estado, dos Vereadores, dos Prefeitos e dos Deputados que conseguiram esta licença. Mas quero agradecer também todos os Deputados que contribuíram, a imprensa não só do Sul, mas de toda Santa Catarina, que contribuíram nesse processo fundamental.

São 700 milhões, Deputado João Henrique Blasi, que, nesses quatro anos, irão estar em Santa Catarina, oferecendo mão-de-obra e serviços aos trabalhadores, aos caminhões. Enfim, é dinheiro que circula nos armazéns, nos supermercados e no comércio do Sul do nosso Estado.

Este é um momento, no meu ponto de vista, dos mais importantes para o Sul do nosso Estado. Dos mais importantes!

O Deputado José Paulo Serafim participou, ontem, deste movimento em que alcançamos o grande objetivo.

Então, por isso queremos agradecer ao Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha; ao Dr. Roberto Ribas, que foi uma peça fundamental, que ajudou, que contribuiu, que teve no DNER, na semana passada, contribuindo com esse processo. Mas destaco o Ministro dos Transportes, que tem sido um amigo de Santa Catarina nestes momentos decisivos e que, ontem mesmo, entrou em contato com os bancos internacionais para virem ao Brasil começar as negociações.

Quero agradecer, de uma forma muito sincera, a todos aqueles que participaram deste grande movimento para obter essa licença ambiental, essa licença prévia, que dá condições à duplicação da BR-101. Queremos fazer algumas considerações, Deputados Gelson Sorgato, Moacir Sopelsa e Romildo Titon, porque com esse movimento conquistamos a duplicação da BR-101, e agora queremos trazer a nossa solidariedade a V.Exa. para ajudar na BR-282, na BR-470 e em outras obras fundamentais para Santa Catarina.

Entendemos, Deputado José Paulo Serafim, que se não fosse todo aquele movimento do Sul, essa licença não tinha saído. Estava comprometida a duplicação da BR-101 neste Governo.

Então, é preciso que aprendamos uma lição, que saibamos separar o joio do trigo. Na hora das decisões não podemos olhar cores partidárias. Temos que juntar as forças catarinenses para buscar alternativas importantes para o nosso Estado. Obras fundamentais! Se a Barragem do Rio São Bento está saindo, foi pelo movimento deste Parlamento que buscou todos os Partidos para ajudar!

Vamos fazer outras obras! Vamos fazer outro movimento de Partidos para o Porto de Laguna! Vamos buscar outras alternativas! Vamos somar! Vamos ser grandes em Santa Catarina para buscar obras. Santa Catarina sempre foi um Estado discriminado pelo Governo Federal. Precisamos alcançar esse objetivo. O nosso Estado tem que estar acima de nós! Acima dos Partidos Políticos!

Então, temos que buscar alternativas somando todas as cores partidárias, buscando as grandes soluções para o Estado de Santa Catarina. Então, quero propor que para outras obras importantes saibamos superar as dificuldades partidárias, unindo-nos em busca de soluções para o Estado de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, Deputado. Gostaria muito de ouvi-lo, porque, com sua experiência, com certeza vai poder contribuir.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e pelo trabalho que V.Exa. tem feito em prol da BR-101, esta obra tão importante. Acredito que é a mais importante que temos em Santa Catarina, tratando-se do Governo Federal.

É uma obra que se vem retardando e até já tivemos a oportunidade de dizê-lo.

Temos lá famílias de indígenas a quem, com todo o respeito, com toda a lealdade possível, queremos fazer justiça.

O que não dá para entender, Deputado Manoel Mota, é que a Funai e o Ibama retardem o início ou a contratação de uma obra dessa. E o que uma obra da importância da BR-101 representa para o Brasil, para Santa Catarina e para todo o Mercosul?!

O que não dá para admitir, Deputado Manoel Mota, é que quando um civil, quando um branco, quando um brasileiro tem uma propriedade, tem uma residência, num local onde passará uma estrada, eles indenizam, derrubam a residência e fazem a obra, porque é para o progresso do Brasil.

Agora, meu Deus do céu, será que não temos um pedaço de terra para alocarmos esses indígenas que estão no Morro dos Cavalos? Aonde só tem pedra, onde a terra não produz nada! Tanta terra produtiva que temos em Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - O próximo orador inscrito é o Deputado Gelson Sorgato, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, após a discussão da BR-101, queremos nos associar para que essa duplicação da BR-101 aconteça. O Deputado Manoel Mota e os Deputados que nos representaram em Brasília, para conseguir essa licença ambiental, estão de parabéns e podem contar conosco.

Mas o que me traz a tribuna, é para comentar sobre o crédito de emergência. Dei entrada num projeto de lei nesta Casa para anistia do crédito de emergência. O crédito de emergência aconteceu em 1996, quando uma estiagem prolongada se abateu sobre o Oeste de Santa Catarina e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Foi efetuado um financiamento de crédito de emergência para custeio e manutenção de pequenos agricultores, da agricultura familiar.

E essa pendenga vem se discutindo desde 1996. Prorrogando os prazos. O Estado é avalista, os Municípios também participam com sua parte de 25% nos juros e o produtor também 25%.

Mas foram envolvidos nesta operação mais de 39.000 agricultores. E hoje restam - não se tem dados precisos e tenho um pedido de informação que nos traz a informação datada de 99 - 33.000 produtores rurais inadimplentes com o crédito de emergência.

E o que vem acontecendo, após todas essas operações, onde houve bloqueio dos recursos do FPE, é que no Fundo de Participação dos Estados, no passado, houve ações para desbloqueio.

E, agora, há a participação do Estado, fazendo uma operação, através da Secretaria da Fazenda do Estado e do Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina, para que esses pequenos produtores possam quitar seus débitos em cinco parcelas equivalência produto. Pergunto: o

Governo do Estado de Santa Catarina que quer ajudar e contribuir com a agricultura familiar, - não que queiramos que os recursos venham realmente assim dados gratuitamente ao produtor, mas é uma compensação para que ele permaneça na agricultura...

Então, fazem-se programas de calcário e para o agricultor que não assinar o contrato de renegociação deste acordo com a Secretaria de Agricultura, os técnicos nas regiões estão falando: não vai receber o calcário ou não fazem o projeto do financiamento do Pronaf, não assinam.

E pergunto: se o Estado de Santa Catarina, onde temos em torno de 200.000 propriedades de pequenos produtores, e que envolve essa operação mais de 30.000 pequenos produtores, ficar cobrando em cinco parcelas equivalência produto, onde foram buscar um financiamento para custeio?

Por que o Estado não pode, através de um projeto de anistia ou, gradativamente, nestes cinco anos, quando irá pagar a sua parcela na assinatura do contrato, dar em troca do que ele irá pagar, calcário e semente? E ele não pagar esta dívida.

No Estado, muitas vezes se discutiu a auto-suficiência do milho, a produção aumentou porque São Pedro ajudou e houve programas do Governo. Mas queremos dizer que o maior programa e incentivo foi o preço mínimo do milho.

Em março de 2000, o valor da saca era de R\$12,00 e em março de 2001 está menos de R\$8,00 a saca. A motivação do produtor foi o preço mínimo.

Mas, se queremos continuar motivando esses produtores, precisamos motivá-lo e não estar cobrando. Este Governo, que terá seu término em 2002, deixará para o próximo Governo cobrar mais três parcelas para o Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura. Porque não fazer uma anistia, Srs. Deputados, e este projeto vai vir à votação, e todos os sindicatos de Santa Catarina sabem que este projeto está tramitando nesta Casa.

E sabem também, a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, o Sistema Cooperativista e o Sistema da Usesc, todos engajados para quê? Para que possamos sair do discurso e fazer, Deputados, principalmente o Deputado Manoel Mota que defende o transporte e os aposentados... As estradas são necessárias, mas de nada adianta as estradas se não tivermos na agricultura, Deputado Herneus de Nadal, o produtor rural produzindo alimentos para poder ser transportado, trazendo divisas para o nosso Estado, economia de divisas, de impostos, que o Governo deixou de repassar para outros Estados com a produção no Estado de Santa Catarina.

Então, defendo para que essas parcelas sejam negociadas com a Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina e possamos, no Orçamento do Estado de Santa Catarina, alocar recursos para que essas parcelas não sejam cobradas.

Duas parcelas até ao final do mandato deste Governo não vão representar... e não vai resolver a situação do caixa do Governo do Estado de Santa Catarina. Precisamos contribuir com aquele pequeno agricultor que buscou no crédito de emergência R\$300,00, R\$400,00 ou R\$500,00 e está sem os recursos necessários, pois estão querendo fazer uma cobrança por equivalência de produto.

Deram com uma mão e estão tirando com a outra. E nesta Casa temos a responsabilidade de discutir esse assunto, aprofundar esse assunto. E sei, muito bem, que neste movimento que acontecerá no mês que vem, no "Grito da Terra", através da federação dos sindicatos, que o Governo, quem sabe, tenha na manga a carta guardada para a negociação com esses agricultores, perdendo a dívida, porque o Estado já assumiu esta dívida! O Estado é o avalista, já cumpriu o seu dever.

Por isso que a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina fez a negociação através do Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura.

Por isso que esta Casa precisa debater este projeto e todos os sindicatos rurais e os agricultores do Estado de Santa Catarina têm que pressionar no sentido de que o Governo perdoe esta dívida dos pequenos produtores de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou ocupar apenas uma pequena parte do espaço dedicado ao PMDB, com o objetivo de fazer dois registros: o primeiro para dizer da nossa satisfação, da satisfação de todos os catarinenses, com a grande vitória obtida ontem, em Brasília, quando, afinal, viabilizou-se a duplicação da BR-101, no trecho Sul do nosso Estado; e o segundo é a efetiva concretização da chamada CPI da Corrupção, que ontem alcançou o número necessário de Deputados que a subscreveram, tornando-a, assim, este importante instrumento a serviço da democracia, que vai então, agora, começar a desenvolver as suas atividades.

Em ambos os eventos que estou a mencionar, é importante deixar consignada a presença do Estado de Santa Catarina, de Deputados catarinenses, que são, então, atores importantes dessas duas conquistas.

Quero, então, louvar e elogiar a posição do Deputado Manoel Mota, que sempre esteve presente com a sua vibração, com a sua força e que, com certeza, foi um dos mais destacados Líderes em prol dessa luta ingente e urgente pela duplicação da BR-101.

E no que concerne a viabilização da CPI da Corrupção junto a Câmara Federal, a participação, a assinatura posta pelo Deputado catarinense Renato Vianna, que merece também de nossa parte o registro e o elogio por esta atitude destemida e cívica em favor do nosso País.

Dito isso, concedo o restante do tempo destinado ao PMDB ao Deputado Herneus de Nadal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, de pronto gostaria de registrar a presença de legisladores, de Vereadores, dos Municípios de todo o Estado, mas de forma especial, dos Vereadores do Oeste de Santa Catarina que nos dão a honra e a alegria da presença.

Quero cumprimentar, além dos Vereadores, a presença de Prefeitos municipais que estão em visita a Assembléia Legislativa e que vão se encontrar, à noite, num evento, num Seminário dos Legisladores do Estado de Santa Catarina, que se fará realizar no Hotel Castellar, às 20h.

Mas o que me traz a tribuna na manhã de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é discutir um assunto de grande importância e falar, quem sabe, do dom mais precioso que Deus nos deu. Falar da vida, falar da saúde, falar da integridade física do cidadão.

E quando me refiro a isto falo na esteira dos assuntos que têm sido levantados durante esta semana na Assembléia Legislativa.

Vários Srs. Deputados abordaram esse assunto durante esses dias. É um assunto que nos preocupa sobremaneira, até porque se tomássemos uma decisão e convidássemos os Pares que têm assento nesta Casa e nos dirigíssemos ao terminal rodoviário desta Capital e ficássemos lá na parte da manhã para observar o que acontece com os ônibus que vêm das diversas partes do Estado de Santa Catarina, vamos perceber que eles vêm lotados de pessoas, de cidadãos catarinenses em busca de tratamento de saúde na Capital do Estado.

A estrutura de saúde pública, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do interior do nosso Estado não funciona, é precária. E ouso dizer que no Oeste de Santa Catarina ela é um verdadeiro caso de polícia.

As pessoas mais humildes, menos favorecidas, aquelas que não têm um plano de saúde, batem à porta do Hospital Regional de Chapecó e não recebem atendimento. Só é atendido se pagar. E aquele hospital acumula, segundo as notícias da própria imprensa, uma dívida monumental. Conseguem acumular um déficit financeiro muito expressivo, sem, no entanto, atender à nossa população, sem cumprir com os compromissos pelos quais foi idealizado, foi construído para atender à nossa população e à região de todo o Oeste de Santa Catarina.

Na verdade, ouço opiniões divergentes. Ouço Deputados da base governista dizerem que a saúde no Estado de Santa Catarina está muito bem.

No entanto, eu não posso concordar com esta assertiva. A saúde em Santa Catarina, como disse há pouco, está na UTI, é um verdadeiro caso de polícia, volto dizer, a afirmar e a reafirmar, porque nós temos na Capital do Estado, com a falta de atendimento ao nosso interior, um acúmulo muito forte. E as afirmações dos

Deputados que dizem que a Secretaria da Saúde faz um trabalho exemplar não correspondem com a realidade que estamos assistindo todo dia. Até porque o número de pessoas que procuram o SUS é mais reduzido, pois hoje uma grande parte da nossa população, na empresa onde presta trabalho, no órgão público, tem um plano de saúde. E aí a sobrecarga não resta por inteiro para a rede de saúde pública no Estado de Santa Catarina.

E todos os dias, Deputado Antônio Aguiar, que é da área e que, com certeza, também sente este problema, na nossa região - os Deputados Moacir Sopelsa, Gelson Sorgato, que são da região, sabem disso - os pacientes batem à nossa porta.

Os Deputados têm a própria estrutura na Capital do Estado, com automóvel, com local para alojamento. Os Vereadores que aqui estão têm a Casa do Vereador que se destina a abrigar e atender, mesmo que não seja de uma forma confortável e adequada, mesmo que seja de uma forma precária, os doentes que procuram os Parlamentares para darem condições para que sejam atendidos nas mínimas condições de saúde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre Deputado, sem dúvida nenhuma, ao se reportar sobre a saúde, nós temos que considerá-la em três níveis. Não podemos nos dirigir a ela só em nível estadual. Quando falarmos em saúde, temos que tratá-la em níveis federal e municipal.

Se existem Municípios em que o Partido de V.Exa., o PMDB, faz parte; se existem Municípios também em que o meu Partido, o PFL, faz parte; se existe essa responsabilidade com a saúde, não é unicamente o Estado que tem essa responsabilidade. V.Exa. é sabedor disso.

Hoje, existe a portaria principal que se chama NOAS - Norma Operacional da Saúde -, e essa assistência é feita principalmente no Governo Federal. É ele que repassa os recursos, que são escassos, mas são desses recursos que depende o bom desempenho da nossa saúde.

Concordamos que a saúde tem que melhorar sempre, mas para isso tem que haver mais investimentos no setor de saúde.

Mas nós queremos colocar aqui que a responsabilidade, realmente, da saúde são os três níveis: federal, estadual e municipal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a V.Exa. pelo seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Gostaria de descrever, rapidamente, um fato acontecido há 15 dias. Estava em minha residência quando à noite um médico de Guaraciaba, Dr. João, me ligou. Ele me disse que tinha um paciente que precisava ir para a UTI, mas o Hospital Regional de Chapecó não estava recebendo ninguém, e que ele corria o risco de ir a óbito se não tivesse esse tipo de atendimento. Em seguida, Deputado Moacir Sopelsa, fiz um contato telefônico com o Hospital Regional de Chapecó e havia vaga na UTI e o paciente foi encaminhado.

Alguns minutos depois o mesmo médico me ligou e disse que o médico de plantão ligou para o seu consultório, em Guaraciaba, para dizer que iria representá-lo no Conselho Regional de Medicina, porque tinha só uma vaga técnica e ele não poderia ter mandado esse paciente.

Assim, Deputado Antônio Aguiar, os pacientes do Oeste catarinense são tratados a todo dia e a toda hora na estrutura pública do Estado de Santa Catarina.

Lá, na nossa região, e aqui também na Capital do Estado, nós não nos eximimos do compromisso de atender os pacientes que batem à nossa porta, mas esse é um dever do Estado e é um direito do cidadão ser atendido.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Caro Deputado Herneus de Nadal, desejo cumprimentá-lo e dizer que o Hospital Regional de Chapecó, quem sabe, fosse melhor administrado se tivesse mais recursos. Nós sabemos que a folha de pagamento do hospital impede que faça um bom trabalho, mas às vezes me pergunto por que uma Secretaria do Oeste se não tem finalidade, se não tem função? É apenas para dar alguns empregos, e se esses recursos realmente fossem investidos no hospital não precisaríamos ter tantas ambulâncias, tantos pacientes andando do Oeste catarinense para Florianópolis.

Meus parabéns, Deputado! V.Exa. está com toda razão.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PPB.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol, por até 18 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou ocupar apenas dois ou três minutos do horário.

Primeiramente, quero dizer que o Governador, através da Secretária da Saúde, está atento ao problema da saúde, assunto tratado aqui pelo Deputado Herneus de Nadal, que me antecedeu na tribuna, tanto é que nós, em contato, ontem, com a Secretaria da Saúde, agendamos uma reunião com vistas à construção de um hospital regional em São Miguel D'Oeste ou a um estudo para equipar melhor os

hospitais existentes hoje na microrregião da Ameosc, para evitarmos esse problema de trazer, diariamente, toda a semana, doentes do interior para a Capital.

Também na reunião da Ameosc, que vai ocorrer no final do mês de maio, vamos ter a participação - já conseguimos a sua confirmação - do Secretário Adjunto, Sr. Lourival, que vai fazer uma explanação sobre as vantagens, as normas técnicas de se fazer um hospital novo ou então equipar os hospitais existentes.

Eu queria aproveitar para registrar a presença de vários Vereadores, dentre eles os Vereadores de Guaraciaba, de São Miguel da Boa Vista, de Dionísio Cerqueira e de outros Municípios, e dizer que, com muita honra, hoje à noite, no Congresso da Uvsc, estaremos representando, por delegação do Presidente Onofre Santo Agostini, este Poder Legislativo, na abertura desse Congresso, no Hotel Castelmar, em Florianópolis.

Como não tenho mais nada a falar, eu cedo o resto do meu tempo ao Deputado Reno Caramori, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o Deputado Reno Caramori pelo restante do horário do PPB.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós queremos aproveitar a oportunidade também para cumprimentar os nossos Legislativos municipais que hoje à noite fazem mais uma reunião das suas atividades nesse Congresso. E até é importante a presença, nesta Casa, dos Vereadores para acompanharem o assunto que vamos tratar desta tribuna no dia de hoje, coincidentemente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até que enfim vimos a imprensa do Estado preocupada. Digo até que enfim, porque quando apresentamos a nossa moção a imprensa nada divulgou. Mas, passando os dias, na coluna Opinião do jornal A Notícia, vemos, até que enfim, a preocupação também da imprensa.

Nós, no dia 27 de março, apresentamos, nesta Casa, uma moção solicitando providências do Ministro da Justiça e do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal visando à permanência e à construção de um prédio para abrigar a Polícia Rodoviária Federal de São José do Cedro, no Extremo Oeste. E nós justificamos a moção, considerando que existem rumores de que o posto corre o risco de cessar suas atividades devido à falta de pessoal.

Srs. Deputados, nós entendemos perfeitamente. Agora, nós fizemos uma luta muito grande para viabilizar o funcionamento daquele posto da Polícia Rodoviária Federal no Extremo Oeste de Santa Catarina.

Naquela época, fomos a Brasília, conversamos com o Ministro e conseguimos abrir aquele posto. E, para nossa surpresa, já em março escutamos rumores de que aquele posto poderia ser desativado.

Não podemos admitir isso, Srs. Deputados, porque na divisa do Paraná com a Argentina há possibilidade do corredor do crime, do tráfico, e somos testemunhas disso pelo ocorrido!

Portanto, precisamos cercear a saída desses infratores com a ausência da Polícia Rodoviária Federal.

A nossa luta continuará porque não se admite que um País do tamanho do Brasil, que o Estado de Santa Catarina, pelas suas características, pelo seu povo, pela sua gente, pela riqueza do Estado, permita que a Polícia Rodoviária Federal feche um posto numa rodovia federal por falta de pessoal!

Vimos a preocupação do jornal A Notícia, na coluna Opinião. Talvez com toda a imprensa, com todos os jornais fazendo um apelo ao Ministro, sensibilizando as autoridades, como já fizemos nessa moção de nossa autoria, através da Assembléia Legislativa, com a aprovação unânime dos Parlamentares, eles entendam a necessidade de mantermos a Polícia Rodoviária Federal.

Vamos fazer com que abram concurso, admitam mais pessoas, para que possamos manter a segurança nas estradas federais de Santa Catarina.

Queremos dar um voto de louvor à Polícia Rodoviária Estadual, que mantém a disciplina e a ordem nas nossas rodovias, mesmo com o sacrifício das multas pesadas aos infratores. Mas entendemos que a Polícia é o anjo da guarda da estrada, pois quando há necessidade de deter um infrator, de deter um traficante, de deter alguém que rouba o seu carro, ela tem condições de ultrapassar as divisas para ir atrás de quem está levando aquilo que é nosso, aquilo que é dos catarinenses, aquilo que é dos brasileiros.

Por isso a preocupação dos Parlamentares de fazer com que possamos sensibilizar o Ministério da Justiça, a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, para que não aconteça aquilo que está previsto, que é o fechamento de alguns postos no Estado de Santa Catarina, da Polícia Rodoviária Federal.

O nosso apelo, mais uma vez, é para que toda a imprensa aqui, nesta Casa, sensibilize as autoridades, para que as

Câmaras de Vereadores, que estão ameaçadas de ver esses postos fechados, mandem a esta Casa moções, do Prefeito, da sociedade, das organizações não-governamentais, para que possamos, num conjunto de esforços, fazer com que os postos não fechem e abram concurso viabilizando pessoal treinado e capacitado para que funcione, dentro dos critérios legais e morais, a Polícia Rodoviária Federal em todos os quadrantes do nosso Estado.

Por isso o nosso apelo e os nossos cumprimentos ao jornal A Notícia pela coluna Opinião, com o título Estradas sem Policiamento, que vem alertar, até que enfim, a opinião dos catarinenses para esse grave problema que poderá acontecer em Santa Catarina.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, era esta a nossa manifestação neste dia em que usamos o espaço do nosso Partido, o PPB, para fazer um alerta às autoridades nacionais e estaduais, para que possamos, de uma vez por todas, garantir a fiscalização, através da Polícia Rodoviária Federal, nas rodovias, cerceando os infratores e dando assistências aos possíveis acidentes, quando a Polícia faz um papel importantíssimo no socorro, no transporte dos acidentados, na desobstrução das rodovias, dando condições de tráfico. E a Polícia Rodoviária Federal e Estadual têm um papel importantíssimo no acompanhamento, no socorro às vítimas e na desobstrução das rodovias.

Era esta a nossa manifestação e fazemos mais uma vez um apelo à imprensa, para que através, dos seus órgãos, sensibilizem o Governo Federal e as autoridades estaduais para que não venha ocorrer o que está próximo a acontecer, que seriam as ameaças de fechar os postos da polícia.

Os postos já são poucos, inclusive já temos uma porção deles fechados há muito tempo. Precisamos reabri-los, como o posto próximo a São Cristovão, no sentido do Paraná, no Município de Água Doce,

dando hoje a possibilidade do tráfico de drogas, da malandragem e de roubo de veículos, que alcançam a Foz do Iguazu e o Paraguai por essa rodovia que está desassistida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do Sr. Deputado Jaime Mantelli que está representando o Poder junto da Interleges; do Deputado Afrânio Boppré, que está exercendo atividades parlamentares no Oeste de Santa Catarina; do Deputado Adelor Vieira, que se encontra em viagem nos Municípios do Norte do Estado; do Deputado Joares Ponticelli, que está percorrendo a região da Amurel; do Deputado Nelson Goetten, que está representando a Assembléia no Município de Ituporanga; do Deputado Valmir Comin, que se encontra na região Sul do Estado, acompanhando o Sr. Governador; do Deputado Clésio Salvaro, que se encontra em visita aos Municípios de Morro da Fumaça, Forquilha e Urussanga.

Em virtude da falta de *quorum*, deixamos de votar a pauta do dia de hoje e passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Sr. Deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Manoel Mota, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Herneus de Nadal, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, dia 2 de maio, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 439/2001

Altera dispositivos da Resolução nº 685, de 02 de junho de 1999 e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar dispositivos da Resolução nº 685, de 02 de junho de 1999, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

I - os que tenham filhos matriculados em estabelecimentos particulares de ensino de sua livre escolha, até completar o 2º grau, cumprindo os seguintes requisitos:

a ...

b ...

// ...

Art. 2º...

Parágrafo Único - ...

a ...

b - 150 (cento e cinquenta) para alunos da faixa etária de 07 (sete) anos, até completar o 2º grau.

c ...

Art. 3º...

Art. 4º - O valor mensal do Auxílio-Educação, fica alterado para R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por aluno matriculado e repassado integralmente ao funcionário beneficiado com o auxílio”.

Art. 5º...

Art. 6º...

Art. 7º...

Art. 8º...

Art. 9º...

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2001.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 440/2001

Aplica dispositivos da Resolução nº 1.823/91 e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar ao Chefe de Gabinete da Presidência, os dispositivos estabelecidos no artigo 1º da Resolução nº 1.823, de 23 de outubro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 19 de março de 2001.

Art. 3º - Fica revogada a Resolução nº 544, de 31 de março de 1999 e demais disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 441/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1825/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **CELSO JOÃO DA ROCHA**, matrícula nº 0408, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS/12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 28/11/93 e 27/11/98.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 442/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0200/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS**, matrícula nº 2022, ocupante do cargo de Taquígrafo I, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 28/01/95 e 13/10/00.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 443/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0294/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **SÉRGIO ROGÉRIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 0620, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS/10-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 31/03/86 a 25/07/89 e de 01/08/95 e 06/04/97.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 444/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0351/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ**, matrícula nº 1894, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS/11-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 24/02/96 e 23/02/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 445/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0354/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/03/96 e 01/03/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 446/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0357/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 0980, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS/12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/03/96 e 03/03/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 447/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0362/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **SÉRGIO FRANCISCO AMBROSI**, matrícula nº 1986, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 13/07/95 e 12/07/00.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 448/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 381/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **IVANIA B. RANZOLIN NERBASS**, matrícula nº 0981, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 16/12/95 e 15/12/00.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 449/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0364/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **JOÃO ANTONIO DA SILVA**, matrícula nº 0972, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/03/96 e 01/03/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 450/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0384/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **RONALDO ROLNEI SOUZA**, matrícula nº 0967, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 05/03/96 e 04/03/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 451/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0385/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/02/96 e 03/02/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 452/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0411/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **CARMEN LUCIA MARIAN SOUZA**, matrícula nº 1873, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 11/08/92 e 10/08/97.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 453/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 416/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **TEREZINHA RODRIGUES GONÇALVES**, matrícula nº 2065, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 06/02/96 e 05/02/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 454/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0421/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **CARLOS ROBERTO SILVEIRA**, matrícula nº 0959, ocupante do cargo de Psicólogo, código PL/ATS/11-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 09/03/96 e 08/03/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 455/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 422/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **ROSANI VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 1103, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS/12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 19/08/95 e 18/08/00.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 456/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0454/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **NIVALDO CESAR SENES SANTOS**, matrícula nº 0962, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03/03/96 e 02/03/01.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 457/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0460/01,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **GRACI LIMA**, matrícula nº 0644, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS/12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 11/08/95 e 10/08/00.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 458/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 2033/2000,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, III, § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 8º, I, II, III, letras "a" e "b" da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

CONCEDER aposentadoria voluntária, ao funcionário **NILTON TEODORO MARTINS**, matrícula nº 0885, no cargo de Motorista, código PL/ATM-8-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 459/2001

Altera a redação do art. 2º da Resolução nº 894/99 e dá outras Providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - O *caput* do artigo 2º da Resolução nº 894, de 16/07/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Aos policiais militares da ativa e da reserva, requisitados pela Mesa Diretora deste Poder, lotados na Assessoria Militar, será concedida gratificação correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração atribuída ao posto ou graduação que ocupa na Polícia Militar".

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2001.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 460/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 0192/2001,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, § 1º, I e § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 1º da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

CONCEDER aposentadoria por invalidez permanente, ao funcionário **GERALDO LUIZ FRANCISCO JÚNIOR**, matrícula nº 1086, no cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei. Palácio Barriga-Verde, em 30/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Ivo Konell - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às quinze horas do vigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e um, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Senhores Deputados Antônio Aguiar, Herneus de Nadal, Narcizo Parisotto, José Paulo Serafim, Jaime Duarte, Nelson Goetten e Afonso Spaniol para realizar a reunião de instalação da Comissão supracitada. De acordo com o Regimento Interno, deveria presidir a sessão o Deputado Narcizo Parisotto, mas como S.Exa. não poderia continuar presente à reunião até o final, solicitou que o Deputado Jaime Duarte a presidisse. De acordo com o entendimento das Lideranças e dos Senhores Deputados, foi eleito por aclamação Presidente da CDHDC o Deputado Jaime Duarte e Vice-Presidente o Deputado Antônio Aguiar. Encerrada a votação, os Deputados cumprimentaram o novo Presidente, que, posteriormente, agradeceu a confiança dos membros da Comissão e comunicou que a data das reuniões ordinárias atenderá o disposto no Regimento Interno da Casa. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente encerrou a reunião de instalação. E para constar, eu, Sérgio Grandó, Secretário desta douda Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e considerada correta foi assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Florianópolis, 21 de março de 2001.

Deputado Jaime Duarte - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Narcizo Parisotto - Membro
Deputado Nelson Goetten - Membro
Deputado Afonso Spaniol - Membro
Deputado José Paulo Serafim - Membro

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária

ATA DA 1375ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1.375ª sessão ordinária. Presentes o Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Em regime de vista, processo 160/2001, de Antonio Ubiratan de Alencastro; aprovado por maioria parecer do dr. Anselmo Klein, pelo indeferimento; dissentiu do relator, com voto escrito, o Dr. José Carlos da Silveira. 2) Em face da ausência do Relator, Procurador Paulo Rocha Faria, retirados de pauta os processos 200/2001, de Elenice Martins Ferreira Ramos; 304/2001, de Vicente Cravo Di Pietro e 318/2001, de Marlene da Rocha. 3) Relatoria do Procurador Harry Egon Krieger - apro-

vado parecer ao processo 354/2001, de Altemir Bez. 4) Retirados de pauta pela ausência do Relator, Procurador Michel Curi, os processos 1952/00, de Maria Hilda Cunha Schondermark e processo s/nº - Of. CPI - Sonegação 82/01, Deputada Ideli Salvatti. 5) Relatoria do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira - processos 329/2001, de Cinésio Vidal Cândido e 355/2001, de Altemir Bez, aprovados; o Relator comunicou que elaborou informação no MS nº 01.002794-7 (TJSC). 5) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - processo 1986/00, de Valda Neuza Albani, retirado de pauta em face do pedido de vista ao Dr. José Carlos da Silveira; processo s/nº, ref. Requerimento de Leodegar Tiscoski, benef. da lei 106/94, parecer aprovado. 6) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos - processos 208/2001, de Maria Selma da Silva Fonseca; 295/2001, de Sérgio Rogério Furtado Arruda; processo s/nº, Consulta do Coordenador de Licitações sobre análise do edital de concorrência nº 01/2001, aprovados. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - processo 351/2001, de Maria Helena Teixeira Diniz, aprovado; processo s/nº - Consulta, CTO/GP/027/01 do Dep. Presidente "efeitos de liminar em MS, à luz do RIAL", vista ao Procurador Sérgio Carriço de Oliveira. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 21 de março, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida T. Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 14 de março de 2001.

*** X X X ***

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária ATA DA 1376ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1.376ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Paulo Rocha Faria, Michel Curi e Sérgio Carriço de Oliveira, e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - processos 1769/00, de Adhemar Antonio Prada; 200/01, de Elenice Martins Ferreira Ramos; 304/01, de Vicente Gravo Di Pietro; 318/01, de Marlene da Rocha e 411/01, de Carmen Lucia Marian Souza, pareceres aprovados. 2) Relatoria do Procurador Harry Egon Krieger - processos 357/01, de Pedro Ideraldo Sampaio; 362/01, de Sérgio Francisco Ambrosi; 364/01, de João Antonio da Silva; 381/01, de Ivania Beatriz Ranzolin Nerbas; 385/01, de Gilmar Nunes Maia; 415/01, de Teresinha Rodrigues Gonçalves e 421/01, de Carlos Roberto Silveira, aprovados. O Procurador comunicou ter elaborado informações na ADI nº 00.021138-9 (TJSC). 3) Relatoria do Procurador Michel Curi - processos 1952/00, de Maria Hilda Cunha Schondermark e 267/01, de Iracema India Costa, aprovados, o primeiro por maioria. Do mesmo Relator, processo S/N - Of. CPI Sonegação 82/01 - Dep. Ideli Salvatti, "requisição de servidores", aprovado parecer por maioria, com a restrição apontada pela Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. Dissentiram os Drs. Anselmo Klein e José Carlos da Silveira. 4) Relatoria do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira - processos 365/01, de Elias Zenatti; 372/01, de Sérgio

Francisco Ambrosi; 384/01, de Ronaldo Rolnei Souza e 422/01, de Rosani Vieira de Souza, pareceres aprovados. 5) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - aprovados pareceres aos processos 389/01, de Armando Luciano Carvalho Agostini e 440/01, de Paulo Eliseu Santos. 6) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos - processos 257/01, de Maria Helena Teixeira Diniz; 273/01, de Marcia Aparecida Dorini e 410/01, de Carmen Lucia Marian Souza, aprovados por unanimidade, o segundo pelo indeferimento. Da mesma Relatora, saíram de pauta com pedido de vista do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, os processos 359/01, de Luciane Dutra Meurer e 391/01, de Valter Euclides Damasco. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - retirado o processo 99/01, de Rosani Vieira de Souza, a pedido do relator, para efeito de diligência administrativa. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 28 de março, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 21 de março de 2001.

*** X X X ***

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral
Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1377ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1.377ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Paulo Rocha Faria, Michel Curi e Sérgio Carriço de Oliveira, e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Em regime de vista, processo 1986/00, de Valda Neuza Albani, aprovado por maioria voto de vista do Dr. José Carlos da Silveira e rejeitado parecer do relator Dr. Anselmo Klein. Processos 359/01, de Luciane Dutra Meurer e 391/01, de Valter Euclides Damasco, retirados de pauta para aditamento de parecer da Relatora, Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. Em consequência, foram sobrestados os processos nº 386/01, de Maria Thereza Franzoni D'Araújo e 300/01, de Sérgio Francisco Ambrosi, pautados, respectivamente, para o Procurador Paulo Rocha Faria e Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. 2) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - processo 2033/00, de Nilton Teodoro Martins, aprovado; processo s/nº - Consulta, Of. nº 043/01, Dep. Rogério Mendonça, vista ao Dr. Anselmo Klein. 3) Relatoria do Procurador Harry Egon Krieger - processo 454/01, de Nivaldo Cesar Senes Santos, aprovado; o Relator comunicou que elaborou informação no MS. nº 2001.003548-0. 4) Relatoria do Procurador Michel Curi - aprovados pareceres aos processos 1745/00, de Gabriel Barbato; 1825/00, de Celso João da Rocha; 1929/00, de Jorge Luiz Biella e 404/01, de Azuir Adílio do Nascimento. 5) Relatoria do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira - processo 1938/00, de Angelo Silvestre Bez, aprovado parecer por maioria, com abstenção do Procurador Michel Curi; deu-se por impedida, pelo parentesco com o requerente, a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos; processo 460/01, de Graci Lima, aprovado; o Relator comunicou que elaborou informação no MS. nº 2001.003524-3. 5) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - processos 945/00, de Maria de Lourdes Emerim Medeiros, 469/01, de Eliseu de Souza, aprovados; 418/01, de Manoel Gonzaga de Oliveira Neto, vista ao Procurador Paulo Rocha Faria. 6) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 432/01, de Nilton José de Carvalho e 444/01, de Sezefredo Edegar Silva, o primeiro pelo indeferimento. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - processos 99/01, de Rosani Vieira de Souza; 416/01, de Teresinha Rodrigues Gonçalves; 477/01, de Pedro Bittencourt Neto, aprovados; neste último deu-se por impedida a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 4 de abril, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida T. Archer, secretária, lavrei a presente ata

que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 28 de março de 2001.

*** X X X ***

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral
Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1378ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1.378ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Paulo Rocha Faria e Sérgio Carriço de Oliveira, e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Em regime de vista, processo S/N-Consulta Of. n 043/01, Dep. Rogério Mendonça, "possibilidade percepção subsídio Vice-Prefeito cumulado com remuneração emprego em sociedade de economia mista", aprovado por maioria voto de vista do Dr. Anselmo Klein, rejeitado parecer do Relator Procurador Paulo Rocha Faria. Processo 1.747/00, de Otávia Napolini Bustamante, Relatora Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, vista conjunta, Procuradores Sérgio Carriço de Oliveira e Michel Curi, sobrestado para colher voto do Procurador Michel Curi. 2) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - processos 1.740/00, de Maria Helena Fragoso e 505/00 de Miguel Antonio Atherino Apóstolo, aprovados; processo 1.979/00, de Gécio Humberto Meller, restituído ao Relator para nova manifestação. 3) Relatoria do Procurador Harry Egon Krieger - aprovados pareceres aos processos 504/01, de Eliane Regina Corrêa, 509/01, de Rozane Marques Alves, 522/01, de Gilberto Luiz Helfenstein; o Relator comunicou que elaborou informação na ADI nº 2000.021135-40 (TJSC). 4) Relatoria do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira - processos 510/01, de Mari Angela Pauli Custódio, 515-516/01, ambos de Ivam José Krieger, 542/01, de Roseli Terezinha Goedert, aprovados. 5) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - processos 319/01, de Linete Braz Martins e 546/01, de Alvaro Pacheco de Souza, aprovados; o processo 439/01, de Jorge Roberto Krieger, concedida vista ao Procurador Paulo Rocha Faria. 6) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos - processos 192/01, de Geraldo Luiz Francisco Júnior, aprovado parecer com a discordância do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira e do Dr. Anselmo Klein, na parte referente ao adicional de insalubridade; 331/01, de Manoel Gonzaga de Oliveira Neto, aprovado por maioria; processos 359/01, de Luciane Dutra Meurer e 391/01, de Valter Euclides Damasco, sobrestados para manifestação do proferidor do voto de vista sobre o aditamento ao parecer, pela relatora. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos 534-535/01, ambos de Rosane Dornbusch, e, processo S/N - Consulta, CTO nº 092/01, Deputado Presidente Onofre Agostini, "atendimento Of.PR/SC n 35/01-UCRIM/FLN". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 11 de abril, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida T. Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 04 de abril de 2001.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que no CONVITE Nº 05/2001, cujo objeto tem por fim a aquisição e instalação de móveis confeccionados sob medida, conforme discriminação e especificações constantes do Anexo I do edital próprio, restaram classificadas todas as participantes. Desta forma, pelo critério de menor preço, a Comissão indica a adjudicação do objeto constante do ato convocatório, à primeira classificada, conforme segue:

Sigma Comércio e Serviços Ltda., itens: 1.1, 1.2 e 1.5;
Escritolândia Com. de Móveis e Equip. para Esc. Ltda., item: 1.3;
Helena Márcia Neckel-Me., itens: 1.4, 2.5, 2.6, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.8;
Jaime Luiz Ziliotto, itens: 1.6, 3.6, 3.7, 6.1, 7.1 e 8.1;
Vânia Luiza de Oliveira & Cia. Ltda., itens: 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.4, 3.5,
4.1, 4.2, 4.3, 5.1 e 5.2
Florianópolis, 27 de abril de 2001

Hélio Estefano Becker Filho
Presidente
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 041/2001

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO Nº 0524/2001 Florianópolis, 24 de Abril de 2001.

Exmo.Sr.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,
Com meus cordiais cumprimentos, encaminho, anexo,
para conhecimento de Vossa Excelência, o **Relatório com as**
Informações Gerenciais, elaborado pela Diretoria de Contabilidade
Geral desta Pasta, referente ao mês de março do corrente exercício.
Na oportunidade, reitero expressões de consideração e
apreço.

Atenciosamente,

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Estado da Fazenda

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/01

*** X X X ***

Ofício nº 042/01

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 157/2001/OE/TP Florianópolis, 24 de abril de 2001.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 11 do Ato
Regimental nº 6/90 deste Tribunal, encaminho a Vossa Excelência
cópia do acórdão prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 98.017133-4, de São Miguel do Oeste, em que é
requerente o representante do Ministério Público.

Outrossim, segue cópia da lei declarada inconstitucional.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa
Excelência protestos de consideração e apreço.

ANSELMO CARELLO
RELATOR

Lido no Expediente
Sessão de 03/05/01

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 043/01

CENTRO EDUCACIONAL

CRECHE "CONDE MODESTO LEAL"

Ofício nº 014/2001

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis/SC

REF: ENCAMINHA RELATÓRIO DE ATIVIDADES/2000

DATA: Joinville, 19 de abril de 2001

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, estamos através do presente
encaminhando a V. Sa., O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2000,
bem como os respectivos Balancetes financeiros e demais
documentos que se fazem necessários.

Sem mais para o momento, apresentamos nossos cordiais saudações

Atenciosamente,

CARMEN SILVIA MEYER MIRANDA

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/05/01

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 138/01

**Alterar disposições da Lei nº 10.609
de 28.11.97.**

Art. 1º - O art. 1º, inciso II do art. 4º, art. 5º, art. 7º,
art. 8º, art. 10, art. 27, art. 32 da Lei nº 10.609 de 28 de
novembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - A atividade de Despachante de Trânsito, de
natureza privada, será exercida junto ao Departamento Estadual de
Trânsito - DETRAN, as circunscrições de Trânsito - CIRETRANS, as
circunscrições de Trânsito - CITRANS, das Delegacias de Polícia de
Comarca e as Delegacias de Polícia Municipais, mediante
credenciamento de pessoa física, na forma da lei.

Art. 4º - O Exercício da Atividade de Despachante de
trânsito, é de caráter pessoal, salvo os casos previstos no art. 27.

II - residir no estado há pelo menos cinco anos e no
Município em que pretende o credenciamento há pelo menos
três anos.

Art. 5º - O processo de credenciamento são de
responsabilidade do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 7º - O processo do credenciamento constará de
exame psicotécnico.

Art. 8º - A comissão de credenciamento será
designada pelo Diretor do Departamento Estadual de Trânsito -
DETRAN - Composta por dois representantes desse
departamento, um representante do Conselho Estadual de
Trânsito - CETRAN, e um representante da Associação dos
Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina -
ADOTESC, estes indicados por suas entidades, através da Lista
Tríplice de seus Membros.

Art. 10 - No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do
credenciamento, será procedida, por comissão designada pelo
diretor de Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, composta
por um representante desse órgão, um representante da CIRETRAN,
com jurisdição no município do credenciamento e um representante
indicado pela ADOTESC, vistoria e avaliação das instalações
indispensáveis para funcionamento do Escritório.

Art. 27 - Admite-se a transferência de credencial de
Despachante, nos seguintes casos:

I - falecimento do credenciado;

II - invalidez permanente para o exercício da atividade;

III - incompatibilidade declarada e manifesta
desistência das atividades para as quais foi credenciado;

§ 1º - No caso de falecimento do credenciado, quando
houver preposto legalmente credenciado e no exercício das
atividades sob vinculação do de cujus, com tempo igual ou
superior a três meses permite-se que seja efetuado a
transferência da credencial para o mesmo.

§ 2º - No caso de invalidez permanente, devidamente
comprovada, a substituição proceder-se-á nos moldes previstos nos
parágrafos anteriores, recaindo quando for o caso, a indicação do
representante, à cargo do próprio despachante credenciado.

§ 3º - Quando declarada a incompatibilidade e
manifestada a desistência das atividades, admite-se a transferência
do credenciamento ao proposto do desistente, ou ainda, a quem o
esteja substituindo comprovadamente a mais de três meses.

Art. 32 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará
esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua vigência."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as leis nºs 8.075, de 27 de
novembro de 1990, nº 9.816, de 27 de novembro de 1994, art.
9º e incisos IX e XIX do art. 17, da lei nº 10.609, de 28 de
novembro de 1997, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2001.

Deputado Heitor Sché

Deputado Julio Garcia

Deputado Moacir Sopsela

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Ronaldo Benedet

Lido no Expediente
Sessão de 26/04/01

*** X X X ***